



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

VI Legislatura

Número: 82

III Sessão Legislativa

Horta, Quarta-feira, 27 de Outubro de 1999

Presidente: *Deputado Humberto Melo*

Secretários: *Deputados José Ramos Aguiar e Natividade Luz.*

SUMÁRIO

Os trabalhos iniciaram-se pelas 15 horas e 15 minutos.

No Período de Antes da Ordem do Dia, depois de lido o expediente, teve início o período dedicado às intervenções de interesse político relevante para a Região, no qual proferiram intervenções, a diverso título, os Srs. Deputados Fátima Sousa (*PS*), Aurélio da Fonseca (*PSD*), Francisco de Sousa (*PS*), Ana Carolina (*PSD*), Francisco Xavier (*PSD*), Berta Cabral (*PSD*), Alvarino Pinheiro (*PP*); Paulo Valadão (*PCP*), João Cunha (*PSD*), Manuel Brasil (*PSD*), João Greves (*PP*), José Manuel Nunes (*PSD*) e ainda o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*).

Posteriormente, iniciou-se o **Período da Ordem do Dia**, onde foi debatido o **Relatório da Comissão de Política Geral sobre a visita ao Canadá e às Bermudas.**

Depois de apresentado pelo Sr. Deputado Manuel Azevedo, proferiram intervenções os Srs. Deputados Alvarino Pinheiro (*PP*), Paulo Valadão (*PCP*), Rui Pedro Ávila (*PS*) e José Maria Bairos (*PSD*).

Finalmente, passou-se ao **Relatório da Comissão de Economia sobre Licenças de Pescas e respectiva Resolução.**

Feita a sua apresentação pelo Sr. Deputado José Élio Valadão (*PS*), usaram da palavra os Srs. Deputados Augusto Elavai (*PS*), Nuno Almeida e Sousa (*PP*), Duarte Freitas (*PSD*), Paulo Valadão (*PCP*), Eugénio Leal (*PSD*), bem como o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (*Fernando Lopes*).

(Os trabalhos terminaram às 20.05 horas)

Presidente: Srs. Deputados, boa tarde.

Peço o favor de ocuparem os vossos lugares para procedermos à chamada.

Eram 15 horas e 15 minutos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

António das Neves Lopes **Gomes**

António José Tavares de **Loura**

Augusto António Rua **Elavai**

Carlos Alberto da Costa **Fraga**

Dionísio Mendes de **Sousa**

Fernando Manuel Machado **Menezes**

Francisco Couto de **Sousa**

Guilherme Marinho **Pinto** de Sousa

João Carlos do Couto **Macedo**

João Manuel Pereira **Forjaz de Sampaio**

José **Élio** **Valadão** Ventura

José **Humberto** de Medeiros **Chaves**

João Luis Sanchez dos Santos

Luis Machado Resendes

Manuel Goulart Serpa

Manuel Herberto da Rosa

Maria de Fátima Rocha Furtado Moniz Sousa

Maria Fernanda da Silva Mendes

Maria da Natividade da Luz

Rui Pedro Lopes Machado Ávila

Vasco Ilídio Alves Cordeiro

Partido Social Democrata (PSD)

Alberto Romão Madruga da Costa

Ana Carolina Gomes da Silva

António Manuel Silva Almeida

António Manuel Goulart Lemos de Meneses

Aurélio Henrique Silva Franco da Fonseca

Berta Maria Correia de Almeida Melo Cabral

Duarte Nuno de Ávila Martins de Freitas

Eugénio Manuel Pereira Leal

Francisco Xavier Araújo Rodrigues

Humberto Trindade Borges de Melo

João Manuel Bettencourt Cunha

Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte

José Francisco Salvador Fernandes

José Gabriel Gomes da Silveira Gonçalves

José Manuel Avelar Nunes

José Maria Bairos

José Ramos Aguiar

Jorge Manuel Leão Themudo Valadão dos Santos

Manuel Teixeira Brasil

Manuel da Silva Azevedo

Mark Silveira Marques

Sidónio Manuel Moniz Bettencourt

Victor do Couto Cruz

Partido Popular (PP)

Alvarino Manuel Meneses Pinheiro

João Maria Fraga Greves

Nuno Alberto Barata Almeida e Sousa

Partido Comunista Português (PCP)

Paulo António de Freitas Valadão

Presidente: Estão presentes 48 Srs. Deputados.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos dar início ao Período de Antes da Ordem do Dia, com a leitura do expediente e da correspondência.

Secretário (*José Ramos Aguiar*): Do Sr. Deputado Regional, José Gabriel Gomes da Silveira Gonçalves, do Partido Social Democrata, um requerimento do seguinte teor:

"Atendendo a que o IAMA tem em seu poder, pedidos de aumento de quota leiteira por parte de lavradores jorgenses que se viram obrigados a ultrapassar as respectivas quotas;

Atendendo a que outros lavradores jorgenses ultrapassaram as suas quotas, conforme confirmam os mapas de entrega de leite em poder do IAMA, estando em fase de preparação os respectivos pedidos de regularização da nova situação;

Atendendo a que num e noutro caso estamos perante situações justificadas por imperativos provados de viabilização das explorações;

Atendendo a que a permanência da actual situação vai obrigar, a curtíssimo prazo, a que o leite produzido, para além da quota, não seja recebido nas fábricas, o que poderá levar um número apreciável de lavouras à falência;

Tendo ainda em consideração que, segundo a experiência colhida por nós em São Jorge, a produção de 1998 poderia constituir um referencial suficiente para a regularização das quotas ultrapassadas.

Ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, solicito a V. Exa se digne questionar o Governo Regional, com carácter de urgência, sobre:

1 - Está o Governo em condições de responder de forma positiva à necessidade de regularizar o aumento de quota indispensável à sobrevivência das lavouras jorgenses que não conseguem uma situação de equilíbrio com as actuais quotas?

2 - Quando poderá a lavoura jorgense contar com uma resposta positiva por parte do Governo?

3 - Será possível ao Governo tomar a produção de 1998 em São Jorge como produção indicativa para a regularização das quotas, conforme se sugere neste requerimento?

Horta, 26 de Outubro de 1999

O Deputado Regional, José Gabriel Gomes da Silveira Gonçalves.

Secretária (Natividade Luz): Do Sr. Deputado Regional, José Francisco Salvador Fernandes, do Partido Social Democrata, um requerimento que diz o seguinte:

"Considerando que a fiscalização da Zona Económica Exclusiva (ZEE) da Região Autónoma dos Açores é ineficiente por falta de meios técnicos e humanos fruto da ausência e vontade política do Governo da República e do Governo Regional dos Açores;

Considerando que os nossos recursos pesqueiros são cada vez mais escassos sendo, por isso, urgente e necessária uma redobrada vigilância por parte das autoridades marítimas no sentido de preservar o "Pão nosso de cada dia" dos nossos pescadores e respectivas famílias;

Considerando que pela sua posição geográfica a Ilha das Flores é a mais vulnerável aos prevaricadores que não respeitando a lei põe em causa o sustento de muitas famílias;

Considerando que os barcos de maior porte, nacionais e estrangeiros, aproveitam, muitas vezes, com o argumento de "estarem abrigados do mau tempo" as baías

abrigadas da Ilha das Flores, fazendo, durante e depois uso e abuso da captura de peixe que por lei lhe está vedado.

Os pescadores da Ilha das Flores não têm encontrado nas autoridades locais resposta a tais abusos, que são um autêntico atentado à pesca artesanal na nossa terra.

Assim, ao abrigo das disposições Estatutárias e Regimentais aplicáveis, anexo ao presente requerimento um abaixo assinado dos pescadores da Ilha das Flores e requeiro ao Governo Regional dos Açores o seguinte:

- 1 - Está ou não a ser cumprida a legislação nacional e regional no que diz respeito à captura de pescado qualquer que seja a espécie na Ilha das Flores?
- 2 - Quais os meios técnicos e humanos que dispõe a Capitania do Porto de Santa Cruz para poder efectuar a respectiva fiscalização?
- 3 - Que pensa fazer o Governo Regional, a curto prazo, para que estes pescadores não continuem a ver sair, ilegalmente, da sua Ilha, o sustento dos seus e da própria economia local?

Horta, sala das sessões, 25 de Outubro de 1999.

O Deputado Regional, José Francisco Salvador Fernandes".

Secretário (*José Ramos Aguiar*): Do Gabinete do Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência, resposta ao requerimento sobre "Envelope Financeiro" definido para o II Q.C.A., cujo primeiro subscritor é o Sr. Deputado Victor Cruz, do Partido Social Democrata, do seguinte teor:

"Em resposta ao Requerimento n.º 316/VI, cujo primeiro subscritor é o senhor Deputado Victor do Couto Cruz, do Partido Social Democrata, sobre o assunto em referência, cumpre-me transmitir a V. Exa a seguinte informação:

1. As declaração do Governo Regional segundo as quais o "envelope financeiro" conseguido para a Região Autónoma dos Açores no âmbito do III Q.C.A. seria à volta dos 236 milhões de contos tiveram como base as principais conclusões resultantes do difícil e complexo processo negocial havido entre o Governo Regional e o Governo da República, posteriormente ratificadas, na sua globalidade, por Sua Excelência o Senhor Primeiro Ministro;
2. A distribuição do "envelope financeiro" negociado para a Região é a seguinte:

PRODESA	170.096 mil contos		
I. O. Sectoriais Nacionais	35.728	"	"
Fundo de Coesão	4.410	"	"
Apoio ao Desenvolvimento Rural (*)	25.000	"	"
			235.234 "

(*) montante ainda a discriminar e fixar em definitivo com o Ministério da Agricultura

As entidades beneficiárias destes diversos fundos estruturais da União Europeia, serão, como habitualmente, as que nos termos dos respectivos regulamentos a eles tiverem acesso, a saber: Governo Regional, Autarquias Locais, Empresas Públicas, Fundos e Serviços Autónomas, Sector Empresarial Privado.

Está ainda assegurado com o Governo da República o acesso de projectos da Região e financiamento de Iniciativas Comunitárias, nomeadamente a "I.C. Interreg", num montante equivalente ao atribuído à I.C. Regis II que, como é do conhecimento geral, será extinta com II Q. C. A.. Assim, o montante global de fundos que contamos vir a receber e aplicar no desenvolvimento da nossa Região na vigência do III Q. C. A. (2000/2006) ultrapassará, seguramente, os 236 milhões de contos.

Foi também negociado com o Governo da República uma certa flexibilidade e intercomunicabilidade entre fundos estruturais não incluídos no PRODESA e entre estes e o fundo de Coesão pelo que, no período de execução do III Q. C. A. e consoante as circunstâncias de cada momento, será possível, dentro de limites razoáveis, proceder a reprogramações, por forma a maximizar a capacidade de assimilação e endogeneização do esforço de investimento dos agentes económicos regionais públicos e privados.

4. Os documentos do Governo Regional onde, para além do PRODESA, se programará a utilização destes fundos estruturais serão, obviamente, os P.M.P.

respectivos Planos Anuais de Execução, a elaborar pelo Governo Regional e a submeter, oportunamente, à Assembleia Legislativa Regional dos Açores;
Com a consideração devida.

O Secretário Regional Adjunto da Presidência, *Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral*.

Presidente: Encerrado este ponto, vamos passar ao Período destinado às **intervenções de interesse político relevante para a Região.**

Para o efeito tem a palavra a Sra. Deputada Fátima Sousa.

Deputada Fátima Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No decurso da 47ª Sessão da Assembleia Geral, na sede das Nações Unidas, em Nova Iorque, a 15 e 16 de Outubro de 1992, ao celebrar o 10º aniversário da 1ª Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento, foi proclamado 1999 como o ANO INTERNACIONAL DAS PESSOAS IDOSAS.

Esta proclamação revela a crescente preocupação internacional pelo crescimento acelerado da população idosa, facto que está associado ao prolongamento da esperança de vida e à diminuição do número de nascimentos, e tem uma influência marcante na sociedade porque é um factor de mudança económica, social e cultural, que impõe medidas adaptadas aos novos problemas.

As estatísticas apontam para que, no próximo ano, mais de 25% de população mundial tenha mais de 65 anos de idade. Hoje, nos Açores, 12% da população tem mais de 65 anos.

O envelhecimento das populações é um processo irreversível, relativamente ao qual as sociedades actuais são obrigadas a criarem mecanismos de dignificação e respeito pelas pessoas idosas, nomeadamente reconhecendo e valorizando os seus conhecimentos e experiências, ou solicitando os valiosos serviços que ainda podem prestar aos mais jovens e à sociedade em geral.

Como sabemos, na nossa sociedade, os idosos não constituem um grupo homogéneo, dadas as diferenças de idade, classe social, carreira profissional, recursos materiais, nível cultural, educacional, estilo de vida, dieta alimentar e do cuidado que cada um tem consigo próprio, nomeadamente na preservação do gosto pela vida.

Felizmente, muitas pessoas idosas são hoje diferentes das que viveram no passado, elas são sobretudo mais jovens e estão atentas ao seu futuro. Sentem-se como pessoas portadoras de direitos capazes de lançar desafios para ultrapassar os seus próprios limites, e criar novas condições de vida.

O desafio dos idosos para com eles próprios consiste em encarar de uma nova maneira o seu próprio envelhecimento, pois cresce a consciência de que o envelhecimento humano é um envelhecimento específico em relação aos outros seres e igualmente específico em relação a cada uma das pessoas.

Envelhecer não é cair.

Saber Envelhecer é um processo que exige aprendizagem e para qual todos nós, como cidadãos, temos o dever de nos prepararmos para podermos usufruir de alguma qualidade de vida no decurso da nossa existência.

A destruição progressiva da vida inicia-se com o afastamento, da tomada de decisões, da participação e da possibilidade de ser ouvido.

Para impedir essa ruptura silenciosa que afasta os idosos da verdadeira vida, e assegurar a reconstrução da vida sobre outras bases, os idosos devem procurar instrumentos de participação que favoreçam a comunicação, que os mantenha activos e em interacção social.

O trabalho “socialmente útil”, actividades físicas, intelectuais e recreativas podem ser uma das formas de reunir interesses, centros de prazer e de satisfação, de estabelecer laços de afecto e de novas amizades, bem como pretextos de encontros com outros grupos e idades diferentes. De facto, a ligação dos mais velhos aos mais novos - no quadro da família e, também, da comunidade - constitui um valioso contributo no processo de socialização dos mais jovens, pois desenvolve um novo sentido de vida e preserva a corrente de afecto necessária a que, sobretudo, os mais idosos vivam melhor a sua estação e o seu tempo de vida.

Os mais velhos devem, ainda, ser encorajados a valorizarem a sua aparência e a dedicarem maior atenção ao seu exterior, ao sido de conforto, de elegância e de equilíbrio estético. Trata-se, deste modo, de recuperar a autoestima estimulando o interesse por si mesmo e desenvolvendo o prazer que a vida proporciona.

Quando a autoestima não é adequadamente alimentada durante a existência, estados depressivos e sentimentos de inutilidade podem aparecer e provocar, sobretudo no idoso, o aniquilamento da pessoa.

Os cientistas dizem que a perda da autoestima, da comunicação inter-pessoal, verbal ou não verbal, precipita as pessoas no abismo da demência.

Sr. Presidente, Srs. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Podemos também considerar como prevenção, a necessidade de as pessoas ao longo da sua vida desenvolverem atitudes positivas perante o facto de estarem vivas e merecer a pena viver.

Recordando Virgílio Ferreira (in Conta Corrente, 5):

“Em todas as idades se é eterno...

Só para ter existido valeu a pena existir...

A maior recompensa da vida é ela própria...

Foi bom ter nascido...

Foi bom não ter acabado ainda de nascer...”

A “3ª idade” poderá ser um período agradável de existência se for definida e garantida uma política global de velhice, que inclua medidas fundamentais, essencialmente no âmbito da segurança financeira, da saúde e de um meio envolvente familiar e comunitário que garantam a satisfação das necessidades mínimas de bem-estar do ser humano.

Não obstante a melhoria geral das condições de vida que hoje dispõem as pessoas idosas, verifica-se, ainda, um número significativo que afigura um baixo nível de pensões, dando origem à existência de grupos de pessoas particularmente vulneráveis que muitas vezes induzem à reprodução da pobreza tradicional, mas também geram situações de empobrecimento recente entre a população idosa. Nova pobreza que normalmente é uma “pobreza envergonhada”, e que impede estas pessoas de recorrerem aos Serviços de Acção Social, mesmo quando enfrentam graves dificuldades de sobrevivência.

Consciente desta situação o actual Governo Regional, e pela primeira vez na história dos Açores, irá proceder ao aumento de 5% no valor das pensões mais baixas. É uma percentagem que em termos reais representa um valor simbólico, mas, dentro das capacidades e limites dos recursos de que a Região dispõe, revela sensibilidade para a problemática e uma vontade de minimizar a insuficiência de rendimentos do grupo das pessoas idosas e “inválidas”.

Sugere-se a implementação a curto prazo de outras medidas, tais como:

- A introdução de um cartão que permita o acesso mensal directo dos doentes a medicamentos de uso permanente sem que para o efeito tenham de recorrer sistematicamente ao médico assistente, evitando-se, assim, o consumo em excesso dos recursos técnicos e a maçada de deslocações e de esperas para os doentes;
- Diligenciar para que os reembolsos das despesas com assistência médica e medicamentosa dos funcionários públicos aposentados, seus familiares e de beneficiários de sobrevivência da A.D.S.E. se processem à semelhança do que acontece com os funcionários no activo, deixando assim, para o efeito, de serem os próprios a recorrer sistematicamente a Lisboa, evitando-se todos os inconvenientes que daí advém.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Finalmente, importa referir que com mais saúde, uma boa integração familiar, mais dedicação, mais poder económico, mais participação e outros padrões de liberdade e maiores oportunidades, a população idosa dinamizará a sociedade de amanhã, e será mesmo no futuro uma grande força política. Tratar-se-á, de facto, de “novos idosos”, também eles construtores de um novo mundo.

Não nos podemos esquecer de que os conhecimentos acumulados no mundo contemporâneo são fruto de gerações antecedentes e do número de indivíduos que actualmente a compõem, susceptíveis de comunicar as suas experiências e as suas descobertas.

Como tal, os idosos não podem ser dispensados de participarem na definição e implementação de medidas de política que lhes digam directamente respeito, bem como em projectos de desenvolvimento social que exijam criatividade e experiência de todas as gerações e, ainda, de contribuírem de modo inequívoco com o seu bom

senso e sabedoria de vida para o estabelecimento e manutenção da paz global no próximo século.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca.

Deputado Aurélio da Fonseca (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Depois de um período de inaugurações de última hora, apressadas, antes das eleições, ou melhor, mesmo em cima delas, com situações caricatas como, à falta de melhor, de outro tipo de realizações, o Presidente do Governo se deslocar à Ilha Terceira para inaugurar, com pompa e circunstância, duas canadas e 5 obras de beneficiação em escolas do 1º Ciclo do básico, levadas a cabo pela autarquia, facto dado à estampa, e isto é que é de bradar aos céus, como “César inaugurou cinco escolas”, imaginem, escolas do Plano dos Centenários, por onde já passaram várias gerações, alvo de epígrafe enganadora, mas extremamente útil para a captação de votos, mais o anúncio efectuado pela Sra. Directora Regional da Educação, de que o ano lectivo arrancaria para a totalidade dos alunos, incluindo os que frequentavam e se encontram em estabelecimentos em obras, com os professores já colocados e com salas alternativas para colmatar as carências decorrentes das citadas intervenções, no parque escolar, “por um período que não excederá os três meses”, depois de toda essa euforia e, nalguns casos, até precipitação, impõe-se, agora, fazer o ponto da situação e levar até ao conhecimento da população o verso da medalha.

Sim, porque as melhorias continuadas a efectuar e bem, na área das instalações do Pré-Escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico, mais a habitual colocação atempada dos docentes e a subida do nível geral da sua Habilitação Académica e Profissional, são apenas uma faceta, um lado, do que está em jogo, em todo este complicado mas gratificante processo de arranque de mais um ano lectivo.

Lado aliás traduzido na imprensa como “Educação é aposta”, por altura da cerimónia inaugural das reparações da EB/JI Tavares Canário, na Lagoa, também por Carlos

César, aliás de cuja intervenção brotou outro título: - “Governo Regional apostado na início de um novo ciclo no ensino”.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): É verdade!

O Orador: Esta afirmação, por só traduzir uma pequena parcela, importante decerto, mas diminuta em todo este complicado universo, entra logo em rota de colisão com a análise e balanço gerais efectuados pelos docentes, pais e encarregados de educação, forças vivas da comunidade, alunos e sindicatos, à situação real e efectiva em que as aulas tiveram o seu início, que favorece muito pouco a tal “paixão pela educação” e não abona em favor dessa tão badalada “nova era” rosa!

Em falta continuam a estar edifícios escolares, em processos que se têm vindo a arrastar, penosamente, ao longo dos já 3 anos, deste mandato socialista, contra tudo o que foi afanosamente prometido, levando o ano lectivo a começar “coxo”, com edifícios em obras, com escolas degradadas e sobrelotadas, com falta de pessoal auxiliar, com cerca de 200 professores no desemprego, com turmas com muitos alunos, com as escolas de educação especial a serem extintas e com crianças e jovens, portadores de deficiência ou com necessidades educativas especiais, a serem integradas, nem sempre da melhor forma, na Rede Regular de Educação e Ensino, onde escasseiam recursos humanos e materiais, onde a falta de pessoal técnico superior especializado permanece, onde se adoptam estratégias ou programas com o objectivo duma melhor integração dos casos especiais, contra os quais se manifestam abertamente muitos docentes, onde os créditos de horas, as dotações orçamentais, a formação indispensável à capacitação do pessoal para enfrentar os novos desafios, a disponibilidade de professores de apoio, vitais para a implementação, com sucesso, do novo regime de autonomia, administração e gestão, pecam por não serem os que eram esperados, face a tanta promessa de mudança, angustiando e dando azo a protestos bem tipificados em afirmações ou títulos do género: “Caos no ensino da Fajã de Cima desanima alunos e irrita os pais”; “Pais do Ensino Básico não poupam críticas”; “Forte ataque à Educação”; “Educação Especial à beira da explosão”; “Luto na Educação Açoriana com docentes no desemprego”; “Educação mal gerida – Sindicato de Professores crítica Governo Regional”.

O Sindicato Democrático de Professores dos Açores classificou a situação dos docentes desempregados como “**uma catástrofe social**”. A proposta de resolução da situação foi recebida pelo Sindicato de Professores (SPRA) com **indignação**, rotulada como sendo uma “**ousadia**” da Secretaria ao mesmo tempo em que se exigia “**uma mudança de postura**” de Álamo de Meneses e se lançava o aviso de que negociações “só com base em propostas sérias, na defesa dos interesses dos professores e da educação”.

Anunciada e concretizada foi uma **marcha de protesto até ao Solar dos Remédios**, na Terceira, onde está sediada a SREAS. O “**arrastar de problemas sem solução à vista**” constante da “**CARTA ABERTA**” ao Secretário por parte dos Pais do Ensino Básico, em Ponta Delgada, por pouco não redundou na efectuação da **ameaça de bloqueio das portas de um edifício** onde o ensino era ministrado a dezenas de crianças, no dizer da comunicação social, “**num cenário terceiro mundista**”!

E o que dizer da **situação**, merecedora do nosso mais vivo protesto, em que se encontram os **estabelecimentos de educação e ensino** afectados pelo sismo de 9 de Julho, de 1998, **no Faial**?

E da falta de consenso que continua a existir à volta das alterações que a SREAS pretende concretizar no que se refere ao **diploma dos incentivos à fixação dos docentes** e no foro dos **concursos**?

Perguntar impõe-se, neste caminhar para o 4º ano de mandato socialista, pelas tais **escolas de 600 alunos**. Onde é que elas estão?

As tais de concepção e construção mais rápida e económica, sem prejuízo da dignidade e qualidade mínimas e ainda por cima plenas de funcionalidade? Onde param as **escolas dos Ginetes e da Levada**, esta última anunciada em 1996?

Para a **nova escola de Angra do Heroísmo** já se agenda agora, como data provável de entrada em funcionamento, o ano de 2001/2002! A ampliação da **Francisco Ornelas da Câmara**, a EB2,3 da Praia da Vitória, que os socialistas consideravam a escola com piores condições de funcionamento de toda a Região, por nela se trabalhar em **11 módulos metálicos**, só deverá ter início no fim do actual ano lectivo, e eles lá estão da mesma forma, não, piores do que nunca, **a caminho de terem mais 4 anos de uso em cima!**

A rebentarem pelas costuras permanecem as **Secundárias Gerais e Básicas Padre Jerónimo Emiliano de Andrade**,...

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Já não existem!

O Orador: ... com 3.500 alunos, em Angra, a **Antero de Quental e a Domingos Rebelo**, em Ponta Delgada e a **Secundária da Horta**, no Faial. Entretanto a “Carta Escolar” indica como uma das Escolas a avançar, no final de 1999 a da Lagoa, pois quanto à **EB 2,3 mais Ensino Artístico de Ponta Delgada**, idêntica à da Terceira, tudo indica que esteja em fase “mais embrionária” e **só ir arrancar lá para bastante mais tarde!**

A comunidade, entretanto aflige-se com os **problemas da Segurança e da Toxicodependência**. A PSP e GNR vão fazendo o que está ao seu alcance, com os meios de que dispõe. A situação está, sem dúvida, mais controlada, mas a **Secundária de Angra** continua a ser, infelizmente, tida, conforme se lê no artigo: “Droga fora da Escola” – PSP no combate – pelos próprios alunos, como uma escola onde se consome muita droga. O seu Presidente do Conselho Executivo admite-o, em entrevista dada ao Diário Insular – “Secundária de Angra e velhos problemas” dizendo que é, de facto, um problema, que não é exclusivo da escola, pois é uma questão global, mas que é uma realidade. Aliás, **a não existência de pessoal auxiliar de acção educativa, em número suficiente**, — e para isso, Sr. Secretário, não basta ter os quadros preenchidos — para “dissuadir práticas menos próprias” em certas zonas, como os pátios interiores, por exemplo, só tem sido minorada com a preciosa acção da PSP. **A sobrelotação da escola, as dificuldades na criação dos horários, os “furos” subsequentes, o desdobramento de turmas, a inexistência de espaços onde os alunos possam permanecer para além dos corredores, as saídas relativamente apertadas, em caso de catástrofe, a destruição sistemática das casas de banho, etc., etc.**, traduzem bem o “**MAL ESTAR DE MASSAS**” que se vive, no dia a dia, da maior escola dos Açores em que muito é exigido de todos, no meio de todas estas dificuldades, a que teremos de somar, não obstante o optimismo do responsável pela escola, o arranque, em Dezembro, de grandes obras de reparação, e isto em pleno funcionamento do ano lectivo!

Termino dizendo que é por estas e por outras que, no já citado artigo, intitulado “Forte ataque à educação”, sobre o estado actual da mesma, nos Açores, se diz que “A NOTA FOI DE TAL FORMA NEGATIVA QUE A EDUCAÇÃO, NA ABERTURA DE MAIS UM ANO LECTIVO, VESTE-SE DE NEGRO”!

Tenho dito.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

A intervenção do Sr. Deputado Aurélio da Fonseca — eu não quero entrar com qualificativos, mas ressalta imediatamente à vista — está fora de tempo.

É uma intervenção com vários anos de atraso, como aliás o Sr. Deputado já nos vem habituando nas suas intervenções, quer em termos de nomenclatura, quer em termos da realidade que ele nos descreve.

Começando pela primeira crítica, o Sr. Presidente do Governo inaugurou 5 escolas do 1.º ciclo na Terceira.

Essa inauguração, diz respeito a escolas que faziam parte do Plano dos Centenário.

O Sr. Deputado sabe que, neste ano de 1999 e até a este momento, este Governo já investiu nessas escolas que faziam parte do Plano dos Centenários, qualquer coisa como 920 mil contos?

Acha que isto é um valor que não mereça ser mostrado à comunidade?

Acha que uma escola, da qual apenas restaram as paredes e que foi reconstruída com o novos espaços e estruturas é uma escola que, por ter sido inaugurada em 1950, não se deve falar mais sobre ela? É isso?

Sr. Deputado, repare nesta diferença gigantesca:

No último ano de Governo do PSD, gastou-se, nas escolas do 1.º ciclo, pouco mais de meia centena de milhares de contos. Este ano, já passámos os 900 mil contos.

Estamos a falar de realidades e de mundos diferentes.

O Sr. Deputado continua a falar de coisas que já não fazem sentido hoje em dia.

O senhor fala, por exemplo de falta de recursos nas escolas.

Eu vou-lhe indicar alguns números: para manutenção das escolas, o último orçamento, do último Governo do PSD que entregou à Secretaria Regional de Obras Públicas, tinha qualquer coisa como 50 e poucos mil contos para manutenção das escolas.

Neste momento, só para isso, os fundos escolares dispõem, este ano, de 250 mil contos.

Estamos a falar de ordens de magnitude completamente diferentes.

Por outro lado, os fundos escolares, nesta altura, têm orçamentos — o Sr. Deputado já deve ter a proposta de orçamento para o próximo ano, mas se ainda não tem vai tê-la em breve — que se aproximam dos 2 milhões de contos os quais serão geridos pelas escolas.

O FRASE, no seu orçamento, tinha pouco mais do que 1 milhão de contos e mesmo assim tinha um furo de 935 mil contos de dívidas por pagar. O orçamento do FRASE em 96 não existia, eram cento e pouco mil contos, porque o resto já estava gasto.

Esta é que é a tal realidade de diminuição de recursos nas escolas, Sr. Deputado?

O Sr. Deputado tinha 3 ou 4 psicólogos ao serviço do sistema educativo.

Hoje, nós estamos a partir para a situação de um psicólogo em cada escola. Isto é que é a falta de recursos?

O ano passado foram colocados, nos quadros das escolas, 1.100 auxiliares de acção educativa. Isto é que é a falta de pessoal, falta de auxiliares?

Deputados João Santos e Vasco Cordeiro (PS): *Muito bem!*

O Orador: Sr. Deputado, os números são esmagadores.

Eu não sei por que é que o Sr. Deputado persiste, ano após ano, nesta altura do ano, sempre com a mesma intervenção.

Isto que eu estou a dizer-lhe agora, talvez com números maiores porque já foi possível fazer mais, foi a mesma coisa que eu lhe disse há 2 anos e há 1 ano atrás.

Eu creio que nem vale a pena continuarmos com esta discussão, porque ela é sempre a mesma. O Sr. Deputado diz sempre a mesma coisa e eu esclareço sempre com a mesma resposta.

O Sr. Deputado levantou aqui a questão de que este era um ano negro, porque haviam docentes desempregados.

É um ano negro para os docentes que estão desempregados, mas para com eles a nossa solidariedade foi grande e agimos rapidamente para resolver o problema, mas para o sistema educativo não é um ano grande.

Finalmente, Sr. Deputado, existem docentes, em número suficiente, para que as escolas funcionem.

V. Exa. fala em escolas que estão em obras durante o ano lectivo. Se uma escola é para reconstruir e tem um período de obras na ordem de um ano, quer que as façam em 3 meses, ou quer fazer como os senhores faziam, isto é, nunca as faziam porque não dava para as fazer em 3 meses?

Deputados João Santos e Vasco Cordeiro (PS): *Muito bem!*

O Orador: Realmente era um boa desculpa.

Sr. Deputado, as obras que se têm que fazer nas escolas, têm que ser feitas e as escolas têm que se acomodar a essa situação. Esta é a única forma que há para termos escolas com qualidade. De outra forma, nunca as teremos.

Tem havido a coragem, apesar de estarmos a fazer todas essas obras, de abrir o ano lectivo a tempo, Sr. Deputado.

Eu, em 1996, tomei posse algures em Novembro e ainda assisti a abertura de algumas escolas e as mesmas não estavam em obras.

A realidade é outra e a vida nas escolas também é outra, porque as coisas funcionam de outra forma e já não tem nada a ver com aquilo que o Sr. Deputado descreve.

V. Exa. pega em títulos de jornal, em parangonas que aparecem aqui e ali e com isso constrói um discurso que dá uma imagem totalmente destorcida do que se passa nas escolas.

As nossas escolas têm problemas, é verdade, e vão continuar a tê-los durante muitos anos. Se calhar terão sempre problemas porque a educação é um sector que exige muito investimento e muito trabalho. Porém, aquilo que se passa nas nossas escolas não tem nada a ver com as escolas que os senhores tinham, nem com a forma como governavam.

Nós estamos a viver num mundo completamente novo, com actividades completamente novas e com um cuidado, no funcionamento das escolas, como nunca existiu.

É verdade que há escolas sobrelotadas. É verdade que é preciso construir muitas escolas, mas também é verdade que nesta altura sabemos quantas escolas queremos, onde as queremos e quando é que as queremos fazer, coisa que os senhores nunca foram capazes de fazer.

Neste momento, nós temos em construção várias escolas e estamos a fazer uma intervenção enorme visando, neste mandato, resolver os problemas das escolas do 1º ciclo. Este problema arrastava-se há muitos anos.

Eu não sei se tenho que lhe lembrar as orientações do seu tempo, para o que se devia dizer às câmaras e como é que era, ou seja, "tentar aguentar mais um tempinho". O Sr. Deputado certamente que se lembrará disto.

Nós estamos a viver num tempo diferente e era bom que o Sr. Deputado, tal qual como todos os outros intervenientes neste processo, o reconheçam.

Nós temos que falar em problemas de educação, sim senhor. Há obras que eu gostaria que andassem mais depressa, mas muita coisa já se fez e muito mais ainda se fará.

Muito obrigado.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para participar no debate, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Aurélio da Fonseca:

É sempre bom, chegar ao princípio do ano lectivo e poder saudar os professores, os alunos, os pais, os encarregados de educação, desejando que efectivamente este ano seja melhor do que o ano passado, porque de certeza que vai ser e começou logo por ser na abertura do ano lectivo.

O Sr. Deputado disse e bem: "5 escolas foram inauguradas".

Foram, sim senhor, foram inauguradas e merecem sê-lo, porque elas foram reconstruídas com a excepção dos alicerces e o senhor, melhor do que ninguém, sabe que durante muitos anos, nessa mesma bancada, eu pedi, exigi e briguei para que se olhasse para as escolas do 1º. ciclo, muitas delas com dezenas e algumas com centenas de anos. Houve uma que já há muito fez 100 anos. Essas escolas estão todas a ser reconstruídas.

Felizmente, neste momento, já se ultrapassou mais de 80% delas e as mais atrasadas, infelizmente, foram em concelhos onde o PSD tinha e continua a ter maior responsabilidade em termos autárquicos.

É de lembrar aqui que daquela bancada cheguei a dizer que haviam escolas em São Jorge que estavam seguras com umas traves ao alto para não se amaçarem os telhados.

Deputado João Cunha (PSD): Agora o Sr. Deputado diz coisas, como estas que vêm aqui!

O Orador: O Deputado Francisco Sousa está à vontade para dizer ao senhor também...

Deputado João Cunha (PSD): Não é assim com tanto à vontade!

O Orador: ... que se quiser nós podemos falar da escola da Volta. Podemos falar também da Graciosa, se quiser, e com muito à vontade.

Deputado João Cunha (PSD): Podemos. É quando quiser!

O Orador: Com tanta à vontade que foi preciso sermos nós para exigirmos que alguém com responsabilidades no PSD, fizesse a coisa mais simples, ou seja, registar na Secretaria do então PSD, uma simples instituição que estava ainda por registar, para que as pessoas pudessem ter o seu tempo de serviço contado para os devidos efeitos legais.

Também podemos falar da Graciosa à vontade, já são muitos anos de experiência.

Sr. Deputado Aurélio da Fonseca:

É com muito gosto que lhe digo que este ano, escolas como o Nordeste, a Povoação ou até mesmo o Corvo, têm números de professores profissionalizados que nunca tiveram até agora. O Corvo tem 11 professores que são profissionalizados.

Isto deve chegar para demonstrar que o ano lectivo arrancou de forma diferente.

O Sr. Deputado falou em pessoal técnico superior especializado.

Eu ficaria, de facto, admirado se não tivesse sido o senhor a dizer isso, uma vez que, no seu tempo, os senhores nunca conseguiram fazer quadros de escola em que se pudesse pôr no quadro da escola, técnicos superiores especializados, porque só podia ter professores e pessoal auxiliar e administrativo.

Faltam professores de apoio! Faltam sim senhor!

Eu também me tenho batido para que hajam professores de apoio numa área fundamental, ou seja, a área da educação especial e o Sr. Secretário, se quiser, pode dizer o que é que se vai fazer nessa área porque isso já está programado. Esta é também outra reivindicação que durante muitos anos fiz nesta Casa.

Finalmente vai ver luz, nessa situação e se calhar aí vamos empregar muitos dos desempregados.

Já agora em relação aos desempregados, também gostaria de dizer, Sras. e Srs. Deputados, que foi este Governo, o único do país, porque temos 3 com capacidade nesta matéria, que tomou a decisão de fazer publicar um diploma que permite aos agregados familiares, que ficaram sem qualquer fonte de rendimento, a ter fonte de rendimento e que ficaram sem qualquer assistência médica e medicamentosa a terem-na garantida.

Esta medida é positiva para quem ficou sem qualquer fonte de rendimento para o seu agregado familiar e nós tivemos a coragem de a fazer.

De certeza que não é aquela que os senhores gostariam, não é aquela de certeza que o Governo gostaria, mas tomou-se, executou-se e publicou-se no Jornal Oficial.

Já fecharam as inscrições e a partir de agora esses professores vão começar a ser colocados em actividades com as quais vão ter algum rendimento. Pelo menos vão ter a garantia de que vão ter um rendimento mínimo.

Não havia, nem há no país, a nível do Continente e da Madeira, qualquer decisão desse género e na Madeira, tanto quanto sabemos, ainda é o PSD que governa.

O Despacho Normativo 236/99, veio permitir que estas pessoas que ficaram sem qualquer fonte de rendimento possam tê-la. Vem garantir que pessoas que estavam há 10 ou 12 anos com segurança social voltem a tê-la. Só por isso, deve ser reconhecida

como uma boa medida, não sendo a medida que, com certeza, melhor agradaria aos professores.

Por último, Sras. e Srs. Deputados, finalmente já se pode falar nesta Casa de outras coisas sem ser das instalações e já podemos falar de currículos alternativos, de currículos reduzidos. Nós já podemos falar de outras matérias.

Há alguns anos atrás só nos preocupava as instalações e corpo docente.

Hoje já podemos falar da nova qualidade do corpo docente, porque as instalações vão indo.

Também estou à vontade para dizer-lhe que este Governo construiu a escola do 2.º e 3.º ciclos do Corvo.

A escola da Maia está em bom ritmo e quero acreditar que no próximo ano lectivo já vai entrar no sistema.

A escola da Lagoa vai arrancar e arrancando esta escola, o Sr. Deputado sabe perfeitamente que as 3 secundárias de Ponta Delgada vão ficar bastante aliviadas, porque os alunos que hoje vêm de Ponta Garça para Ponta Delgada, passarão a ficar na Lagoa.

Que nós estamos longe, estamos, mas foi com este Governo que se conseguiu meter, no Plano e no Orçamento, resposta a situações que o Sr. Deputado bem tentou, mas nunca conseguiu convencer o próprio Presidente do Governo, que era indispensável fazê-lo.

Por isso, é agora com muito gosto que vejo o Presidente do Governo Regional inaugurar essas obras nessas escolas. Que boas mãos tenha para continuar a tirar muitas bandeiras de autonomia dessas escolas que os senhores esqueceram durante anos e anos.

Deputado Fernando Menezes (PS): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca.

Deputado Aurélio da Fonseca (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos e Assuntos Sociais:

O mundo novo que o senhor aqui pinta, é um mundo onde, pela primeira vez, ao longo destes últimos mandatos de governação nos Açores, um governo vai chegar ao

fim do seu mandato, sem ter uma das tais escolas de milhão que os senhores tanto falaram.

Deputado Francisco Sousa (PS): Vai ter!

O Orador: Aliás, o Sr. Deputado Francisco Sousa era o primeiro a dizer e a reconhecer que o PSD, mandato após mandato, ao lado de ampliações, de novas salas, de novos laboratórios, de novas valências nas escolas, de ampliações, foi sempre fazendo uma grande escola (Laranjeiras, Vitorino Nemésio, Cardeal Costa Nunes).

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (Álamo de Meneses): Nós ainda pagámos algumas facturas!

O Orador: Os senhores vão chegar ao fim sem terem feito nenhuma destas grandes escolas. Os senhores vão chegar ao fim sem ter nenhuma das escolas de 600 alunos, essas tais que nós esperávamos, com tanta ansiedade, com aquelas características que aqui foram referidas. Não as vamos ter.

Deputada Ana Carolina (PSD): E é uma promessa do Programa do Governo!

Deputada Sandra Bessa (PSD): E prioritária!

O Orador: Vamos chegar ao fim sem elas.

Os senhores estão, sistematicamente, a protelar. É sempre mais à frente, é sempre para o fim do ano e isso é aquela perspectiva eleiçoeira a que nós já nos temos vindo a habituar e que vai acontecer mais uma vez ao longo do próximo ano com obras a arrancar no fim do ano lectivo.

Repare:

Aquilo que o PSD tem denunciado e aquilo que eu tenho traduzido a esta Casa, é corroborado de forma evidente pelas associações e pelos sindicatos que representam a maioria dos educadores e professores desta Região.

Dá-se uma volta pela comunicação social e o retrato que o Sr. Secretário quer aqui trazer não corresponde efectivamente à realidade que é dada à estampa pelos profissionais de comunicação social, pelos professores, pelos indivíduos que estão nas escolas, pelos encarregados de educação.

O Sr. Professor Francisco Sousa, Presidente do Sindicato de Professores, deixou bem claro, num comunicado de 5 páginas, todas estas mazelas.

Não são minhas. Não são do Aurélio da Fonseca algumas das observações bem claras que o Sr. Professor Francisco Sousa, Presidente do Sindicato de Professores, faz em relação a todos estes problemas que eu aqui levantei.

Ele é claro e preciso, como é seu costume, em relação a situações graves, como por exemplo, a integração das crianças e jovens com necessidades educativas especiais nas escolas e a crítica que faz ao Programa Cidadania, que é feito e é apontado como uma resposta que vem na sequência do encerramento da Escola de Educação Especial, em que a atitude do Sr. Secretário é apontada pelo Presidente do Sindicato Democrático de Professores, como prepotente, anti-democrática, sem fundamento científico-pedagógico.

Repare, Sr. Secretário:

O Sindicato diz que está em total discordância com essa sua resolução, pois essa resolução assenta numa filosofia de base ultrapassada, contrária a todos os conceitos e valores reconhecidos internacionalmente, conduzindo à exclusão de crianças com necessidades educativas especiais.

Francisco Sousa "dixi" expressando o entender do Sindicato de Professores desta Região, o maior sindicato de professores.

Não é o Aurélio da Fonseca. Não é o PSD. São os vossos camaradas no terreno que rotulam o Sr. Secretário com estes adjectivos, em programas em que está a pôr muita da sua acção e esperança.

Em carta aberta que eu aqui referi, os pais que eu aqui mencionei, também são bem claros naquilo que dizem em relação ao que o Sr. Secretário tem vindo a fazer. Eles dizem que "o arrastar de problemas, os planos utópicos, as medidas de engenharia algébrica, fazem com que o Governo se refugie num conjunto de legislação recheada de excelentes intenções, mas que ainda não conseguiu e, ao que parece, dificilmente conseguirá implantar no terreno" — pais do ensino básico, em São Miguel.

"Trinta anos de existência de relevantes serviços no âmbito de integração da pessoa com deficiência, não podem ser remetidos para o esquecimento, deixados ao sabor das contradições", isto em relação àquele fogo que o Sr. Secretário foi tentar apagar, rapidamente, em Ponta Delgada, conversando com os pais, dos alunos, dos jovens

com necessidades educativas especiais que estão preocupados com aquilo que tem vindo a ser feito nas nossas escolas.

Em relação aos professores, que o Sr. Prof. Francisco Sousa aqui referiu, gostaria de dizer que eu também congratulo-me muito em que nas nossas escolas existam professores com mais e melhor habilitação.

Deputado Fernando Menezes (PS): Ainda bem!

O Orador: Sempre me congratulei, Sr. Prof. Francisco Sousa e o senhor não pode dizer aqui o contrário.

Porém, é o senhor, como Presidente do Sindicato de Professores, que diz ao Sr. Prof. Álamo de Meneses, Secretário da Educação, quando ele diz que "estes docentes que estão no desemprego muitos deles nem sequer possuem formação específica para o ensino", "a grande maioria pode arranjar um emprego nessas áreas", "vamos encaminhá-los para o local correcto", "o actual quadro...", "a evolução natural do sistema", são frases suas tiradas em declarações à comunicação social.

O Sr. Presidente do Sindicato de Professores, diz que "é no mínimo chocante que seja o titular da pasta da educação a afirmar publicamente que os docentes sem colocação, não são detentores de habitação, provavelmente para não ter que admitir que dezenas de docentes estão na incompreensível situação de indigência."

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (Álamo de Meneses):
Indigência!

O Orador: De indigência. O Sr. Professor Francisco Sousa, vosso camarada, Presidente do Sindicato, fala daquilo que sentem os professores na sua associação de classe.

Deputado João Cunha (PSD): Que vida dura esta de ser deputado e membro do sindicato ao mesmo tempo!

O Orador: O senhor sabe perfeitamente que não é só por causa de haver mais professores a terminar o curso, não é só por causa da baixa de natalidade.

O senhor aumentou o número de alunos por turma.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (Álamo de Meneses):
Aumentei. É verdade.

O Orador: Isso tem consequências. O Sr. não está dando às escolas — o Sindicato Democrático também o diz e tem dado à estampa na comunicação social — o crédito de horas necessário para a autonomia, gestão e administração das escolas.

As críticas multiplicam-se.

Os professores que ficam de fora do trabalho, muitos deles, são professores licenciados, alguns deles com estágios pagos pela Região.

O Sr. Deputado Francisco Sousa aponta o exemplo do Corvo, onde um colega foi docente e Presidente do Conselho Directivo. Portanto, não é essa gente que o Sr. Secretário quer fazer crer.

Estes profissionais que ficam de fora apontam irregularidades no arranque do ano lectivo. Uma delas parece que já foi corrigida, por aquilo que já ouvi por aí, ou seja, houve docentes destes que foram excluídos porque foram-lhes anuladas as suas candidaturas por fax, mas julgo que isto já foi corrigido.

Porém, é preciso saber quando é que o inquérito que o Sr. Secretário mandou fazer aos mini concursos está pronto e se vamos ter respostas para situações como aquelas que foram enunciadas e dadas à estampa na comunicação social, ou seja, de ter havido anulação de candidaturas em função do sexo dos concorrentes, horários publicados que desapareceram e horários que ficaram reservados. Isto são tudo situações que os professores denunciam como sendo vergonhosas e como sendo situações de discriminação desmoralizantes.

Há mais, mas eu vou ficar por aqui agora.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Gomes Silva para participar no debate.

Deputada Ana Carolina (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Francisco Sousa acabou de traçar-nos um quadro verdadeiramente cor-de-rosa da educação nos Açores.

Deputado Francisco Sousa (PS): É o que se passa de Santa Maria ao Corvo!

A Oradora: A 24 de Setembro deste mesmo ano, por incrível que pareça há um mês atrás, o Sr. Deputado era porta-voz de um quadro...

Deputado Francisco Sousa (PS): Não foi o deputado!

A Oradora: Sr. Deputado, eu acho que é a mesma pessoa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Não é!

Deputado José Maria Bairos (PSD): Ah, não é!

A Oradora: Eu não consigo distinguir.

Deputado Francisco Sousa (PS): É só pagar a quota.

A Oradora: O Sr. Deputado foi porta-voz da descrição de um quadro negro da educação nos Açores.

Vamos ver se nos entendemos.

Um mês depois, houve um quadro cor-de-rosa, quando há um mês atrás tinha havido um quadro negro e eu cito: "Educação veste-se de negro"; "Luto na educação nos Açores".

Foram estes os títulos e eu não vi nada desmentido.

As críticas eram as seguintes:

"Falta de edifícios escolares"; "excesso de alunos por turma"; "professores no desemprego", situação esta com tendência a agravar-se uma vez que era um problema estrutural.

Um mês depois, o que é que mudou?

Não se construíram novas escolas num mês, certamente.

Os alunos continuam a ser cada vez mais por turma.

Deputado António Meneses (PSD): Quem diz o que quer, ouve o que não quer!

Deputado Francisco Sousa (PS): Foi por causa disso que votaram!

A Oradora: "Os professores têm uma solução provisória", é bem verdade, os que estavam no desemprego, que nem era aquela que o sindicato do Sr. Deputado defendia.

Eu não sei em quem é que os açorianos devem acreditar, se no quadro cor-de-rosa de hoje, se no quadro negro de há um mês atrás.

Gostaria que me explicassem.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Aurélio da Fonseca:

O Sr. Deputado acabou de citar um conjunto de comunicados de sindicatos e com isso parece fazer crer que efectivamente não há acordo entre a Secretaria e os sindicatos.

Deputado Aurélio da Fonseca (*PSD*): Os títulos dizem!

O Orador: Eu quero fazer-lhe aqui alguns anúncios, Sr. Deputado.

Em relação ao programa ocupacional dos docentes, esse programa foi implementado, está em funcionamento e, nesta altura, tem o acordo dos três sindicatos que com a Secretaria negociaram.

Deputado Rui Pedro Ávila (*PS*): *Muito bem!*

O Orador: Foi reconhecida a razão da posição da Secretaria. Tinha que ser assim, não havia outra solução.

Os professores dos Açores, estão a ser tratados de forma diferente dos professores de outra qualquer parcela do país, ou seja, com rapidez e eficazmente.

O assunto está resolvido, Sr. Deputado.

É evidente que os sindicatos pedem sempre mais. Os sindicatos gostariam que em vez de se pagar o ordenado mínimo, pagássemos 120 contos.

É evidente que não pode ser, Sr. Deputado. Os desempregados, são desempregados, são todos iguais. Somos todos cidadãos do mesmo país, regemo-nos todos pelas mesmas leis.

Deputado João Cunha (*PSD*): Pois é! Mas o Guterres lá fora não fez isso!

O Orador: V. Exa. falou aqui na questão dos incentivos.

Posso dizer-lhe que a negociação sobre o novo regime de incentivos, está, neste momento, encerrada. O assunto está resolvido, Sr. Deputado.

Quanto à questão dos novos concursos, posso dizer que, nesta altura, as questões remanescentes são pequeníssimas e devem ser ultrapassadas em negociações que decorrerão na segunda semana de Novembro.

O Sr. Deputado o que é que quer?

Isto são coisas que o senhor nunca conseguiu fazer durante tantos anos.

Eu posso dizer-lhe que todos os anos nós assistimos também a um certo folclore na abertura do ano lectivo, com críticas, mas para além disso é preciso vermos a realidade das escolas, ouvir os conselhos directivos e executivos e é preciso visitar as escolas e o que nelas se passa.

Digo-lhe que nas escolas dos Açores nunca existiram tantos recursos como agora. Há mais 1.100 auxiliares, o orçamento multiplicou talvez 5 ou 6 vezes.

O Sr. Deputado fala em turmas maiores e a Sra. Deputada Ana Carolina diz que os professores ficaram no desemprego por causa disso.

Este ano, apesar do sistema educativo nos Açores ter menos alunos, nós temos mais professores. A Sra. Deputada sabia disto?

Deputado Ana Carolina (PSD): Não é o que os sindicatos dizem!

O Orador: Há mais professores contratados este ano, do que o ano passado.

Deputado Ana Carolina (PSD): Há muitos alunos por turma!

O Orador: Vai continuar a haver professores no desemprego. No próximo ano haverá muito mais.

Deputado Ana Carolina (PSD): Nem o programa ocupacional resolveu o problema!

O Orador: Todos os anos as escolas formam 12 mil docentes com habilitação profissional. É evidente que o sistema educativo não vai absorver estas pessoas.

Situações de pleno emprego não existem, a não ser que criemos turmas de professores.

Os senhores propõem que o sistema educativo contrate tantos professores quantos estão no mercado?

Onde é que estão os recursos orçamentais para isso?

Qual a necessidade e o objectivo de se fazer isso?

Sra. Deputada, sejamos realistas, nós vivemos neste mundo e não noutro.

Este ano há mais professores nas nossas escola e no próximo ano provavelmente haverão mais.

O Sr. Deputado falava em críticas ao Programa Cidadania e em integração dos jovens com necessidades educativas especiais nas escolas.

Sr. Deputado, nunca se fez tanto por estes jovens como agora.

Este programa está a ser um sucesso. O programa está a funcionar.

O Sr. Deputado disse que se fazia legislação e não se implantava.

Sr. Deputado, fez-se a transição de um ano só de um sistema de administração para o outro e em todas as escolas ele está a funcionar. Correu de forma perfeita e não há nada que o Sr. Deputado possa apontar.

A legislação que foi criada foi implementada e está a funcionar.

Nesta altura, os conselhos executivos existem, a autonomia das escola existe.

Os fundos escolares têm os seus orçamentos aprovados. Os fundos escolares gerem quase dois milhões de contos.

Sr. Deputado, isto foi feito em poucos anos.

O Sr. Deputado durante muitos anos não fez rigorosamente nada disto. Nunca conseguiu fazer.

O Sr. Deputado fala em investimentos nas escolas e não nos edifícios.

O investimento deste Governo nas escolas é praticamente o dobro daquilo que os senhores faziam antes e a proposta para o próximo ano leva-nos aos 3 milhões e meio de contos em infraestruturas escolares.

O que é que o Sr. Deputado quer mais?

O Sr. Deputado lê críticas de sindicatos. Faz citações de cartas de uma associação de pais da área escolar de Ponta Delgada. É isso que diz qual o estado da educação nos Açores?

Sr. Deputado, eu convido-o a acompanhar-me pelas escolas, se quiser. É ver o que é que se passa, falar com os dirigentes das escola, ver a realidade.

Nós fazemos duas ou três vezes por ano reuniões plenárias de todos os dirigentes de todas as escolas dos Açores. A próxima reunião vai acontecer em breve, o Sr. Deputado está convidado para assistir à reunião e ver o que é que lá se diz, quais são

os problemas e o que é que se passa nas escolas. Aí terá uma verdadeira imagem do que se passa.

Sr. Deputado, eu reúno com as escolas, coisa que os conselhos directivos, aqueles que estavam no seu tempo, diziam que o senhor não fazia, mas eu faço.

Eu conheço todos os dirigentes das escolas, reunimos regularmente e sabemos o que se passa nas escolas. Nós temos canais de comunicação rápidos e imediatos e as coisas funcionam.

O Sr. Deputado está convidado para ir à próxima reunião e a seguir faça a sua intervenção sobre aquilo que ouvir.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Deputado Victor Cruz (PSD): Se for para convidar os deputados do PSD, vai ter que fazer muita coisa antes!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, para dizer que com muito gosto fui eleito deputado do Partido Socialista por alguns micalenses.

Em segundo lugar, para dizer que tenho muito gosto em ser Presidente do Sindicato dos Professores da Região Açores e fui eleito por professores de Santa Maria ao Corvo.

Uma das coisas que lhe posso dizer, é que foi pública a reunião que se fez em Ponta Delgada com professores desempregados.

Nessa mesa havia 5 pessoas, cada uma com uma opção política diferente e todas elas bem visíveis, alguns até já foram candidatos várias vezes a esta Casa.

Eu estou à vontade. Não tem nada a ver uma coisa com a outra.

O Deputado Francisco Sousa tem muito à vontade em dizer ao Sr. Deputado Aurélio da Fonseca que em 1987, sentado naquela bancada, lá em baixo, no outro lado, o

senhor colocou no plano, junto com os seus parceiros de Governo, a construção da escola da Madalena do Pico, mas também pôs a escola da Maia.

Se o Sr. Deputado já está esquecido, se for lá ver, vai ver também a dos Ginetes.

Se o Sr. está esquecido, vá lá ver, e já vai ver a da Horta.

Se o Sr. está esquecido, o Sr. Deputado Madruga da Costa, então Presidente do Governo Regional, pôs a concurso, em anúncio nos jornais, em publicidade paga pela Região — também aí se fazia publicidade paga pela Região para esses actos — poucos dias antes das eleições, 4 escolas desta Região, quando algumas não tinham terrenos...

Deputado Aurélio da Fonseca (PSD): Não é verdade!

O Orador: É verdade, está publicado nos jornais da Região. Está publicado no mês de Setembro de 96. O Sr. Deputado Aurélio da Fonseca sabe que é verdade.

Estas coisas são para se dizer na hora certa. É para se dizer que, por exemplo, a escola Secundária da Ribeira Grande, nos últimos dois anos, recebeu uma transformação tão grande que já ultrapassou 1 milhão de contos. É uma escola nova.

Se quiser falar da escola de São Roque do Pico, também podemos falar nela.

Já se gastou dinheiro lá que daria para fazer uma escola nova. O senhor esteve lá e viu.

As obras quando terminarem dentro de poucos meses, é uma escola nova e foi lá empregue o dinheiro de uma escola nova.

O senhor diz que não se fez escola. Fez-se, Sr. Deputado. O senhor sabe que se fez e algumas delas os senhores anunciaram há 12 anos e há 13 ou 14 anos atrás, até mesmo chegaram a publicar nos jornais diários da região os anúncios de concurso.

Sr. Deputado Aurélio da Fonseca:

V. Exa. diz que não há verbas. Falemos apenas da Ilha de São Miguel:

A Ilha de São Miguel, há 3 anos atrás, tinha 3 escolas preparatórias e secundárias e uma direcção escolar. Tinha 14 orçamentos e esses orçamentos cobriam Santa Maria.

Hoje, a Ilha de São Miguel, tem 9 fundos escolares só para escolas na área do 1º ciclo, tem dois fundos escolares para as escolas básicas e integradas que incluem o 1º ciclo e todos os sectores até ao secundário, ou seja, Nordeste e Povoação, e ainda fica

na mesma como as suas 11 escolas do 2º. e 3º. ciclo do secundário. Veja a diferença se quiser falar de fundos escolares.

O Sr. Deputado também quer que se fale e vamos falar do aumento do número de alunos por turma, para responder ao aparte da Sra. Deputada Berta Cabral.

O Sr. Deputado com certeza que leu a entrevista dada pela Presidente do Conselho Executivo da Escola Secundária Domingos Rebelo onde ela dizia que a partir do dia 1 de Setembro, se tinha matriculado na Secundária Domingos Rebelo 400 alunos. Foi ela que o disse e está no jornal.

Pergunto: Onde ficariam colocados esses alunos?

O que é que era possível fazer com esses alunos?

Deputada Berta Cabral (PSD): Falta de planeamento!

O Orador: A 1 de Setembro, os horários estavam fechados, as turmas estavam fechadas. Como é que se fazia?

Fez-se aquilo que se tinha que fazer mesmo. Inevitavelmente, esses alunos foram introduzidos, a maior parte deles, em turmas.

Deputada Berta Cabral (PSD): Falta de planeamento!

O Orador: Falta de planeamento?!

Sra. Deputada, eu vou ter que responder a si o mesmo que respondi a um senhor chamado João Bosco Soares de Mota Amaral, um dia, ou seja, a senhora, naquilo que não sabe, não se meta.

Esses alunos existem só em regime de prestação. Não há planeamento?!

A senhora sabe como é que estamos em 2ª época?

A senhora sabe que há alunos que chumbam nos exames de 2ª época?

A senhora sabe que esses alunos têm direito a matricular-se?

Deputada Berta Cabral (PSD): Desculpe...

O Orador: Não desculpo nada! A senhora é que não sabe do que é que está falando.

Deputada Berta Cabral (PSD): Desculpe. Deixe a arrogância em casa.

Ouçá os pais, porque o senhor sabe tanto como eu!

O Orador: Esses alunos têm direito a estar na escola, foram matriculados na Secundária Domingos Rebelo e esses alunos estão integrados em turmas e é por isso que algumas têm mais de 25 alunos. A Sra. sabe disto mas quer esconder.

Não esconda, porque é esta a realidade e bem bom que há uma escola Domingos Rebelo com a qualidade que tem e com o corpo docente que tem.

É com muito gosto que nós dizemos que este ano temos um corpo docente como nunca tivemos.

Deputada Berta Cabral (PSD): Se o senhor é sindicalista e deputado, eu posso dar-me ao luxo de dizer que sou mãe e deputada e é como mãe que lhe digo que o que está a dizer não é verdade! Tem que haver planeamento!

Deputado António Meneses (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Serviços relevantes.

Este Governo tem feito serviços relevantes nesta matéria e vou-lhe dizer que nos anos de 1930, o Sr. Dr. Oliveira Salazar criou um sistema de administração escolar.

Foi este Governo, através daquele Secretário, que trouxe para esta Casa propostas que alteraram. Fomos nós, deputados, que votámos nesta Casa um novo sistema de gestão e de administração escolar nesta Região.

Fomos nós que excluámos um sistema que tinha 50 anos e que foi modificado sem ter causado perturbações profundas no sistema.

É ver que hoje há conselhos executivos eleitos de Santa Maria ao Corvo, com novas regras, com nova participação de toda a comunidade educativa.

Fomos nós que o fizemos. Fomos nós que o propusemos e esta Casa aprovou.

Tenho muito gosto em dizer que há grandes serviços nestes 3 anos votados a esta Região. Pelo menos em termos de organização de sistema, eu tenho muita honra em pertencer a este Grupo Parlamentar que apoia aquele Governo e em ter aquele governo que foi capaz de fazer aquilo que outros nunca conseguiram durante muitos anos.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para participar no debate tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Xavier.

Deputado Francisco Xavier (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Quando o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca estava a intervir foi agradável ver a satisfação que perpassou pelos rostos do Governo, até com uma satisfação inquietamente exibida.

Eu cheguei a pensar que essa satisfação exibida revelava mais um incómodo do que propriamente a consciência tranquila por aquilo que estavam a ouvir, mas enganei-me.

Depois do Sr. Secretário descrever o "paraíso" escolar, fiquei seriamente convencido de que isto é grave. Para mim, o Governo está mesmo convencido de que temos um "paraíso" escolar na Região.

Eu não quero fomentar a polémica, nem beliscar sequer a vossa satisfação, nem muito menos enegrecer o paraíso escolar descrito pelo Sr. Secretário. Apenas queria deixar aqui uma pergunta em relação à escola Secundária da Ribeira Grande, concretamente no que se refere ao complexo desportivo que vai servir a escola secundária e a Escola Gaspar Frutuoso.

O complexo ficou concluído há pouco tempo e suponho que já foi entregue. No entanto, há um problema que preocupa os pais, os alunos e os professores que convém ser resolvido. É um problema objectivo que convém ser clarificado neste momento.

O complexo está concluído e vai servir as duas escolas, ou seja, cerca de 2300 alunos, suponho eu, cerca de 100 turmas. Porém, não está a funcionar nem a dar apoio aos alunos.

Os alunos servem-se do ginásio da escola, de um ginásio municipal que também não pode ser utilizado, porque a escola não dispõe de funcionários para dar apoio e apenas utilizam-no em algumas horas e funciona num polidesportivo descoberto da PSP, enfim, quando existe um parque desportivo ao lado com boas instalações que não está a ser utilizado.

Nós gostávamos de saber — quando digo gostávamos inclui os alunos, os pais e os professores — por que é que não se vai utilizar o complexo desportivo da Ribeira Grande?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca.

Deputado Aurélio da Fonseca (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais:

Eu espero que me convide para essa tal reunião magna. Eu já registei aqui esse convite e pode crer que vou e com muito gosto. Não se esqueça disso, porque eu aceito o convite com muito gosto.

Antes de mudar para outro assunto que não deixa de ser menos importante, eu gostaria de dizer que é aflitivo, para não classificar de outra forma, ver que o vosso Governo, cada um dos senhores, em particular, e muitos dos responsáveis do vosso partido, persistem, quando confrontados com a verdade, em afirmar de uma forma aligeirada que o PSD nunca fez nada.

Em 20 anos, ao longo de 5 mandatos, a nossa população foi dando o seu voto ao Partido Social Democrata sem que efectivamente esse partido tivesse feito nada, os governos do PSD não fizeram nada.

As pessoas sabem distinguir o trigo do joio e a seu tempo tudo voltará a ficar conforme a verdade, que acaba sempre por vir à tona da água. Aliás, muito do que os senhores têm conseguido fazer, vem na sequência daquilo que com obra feita foi ficando espalhado ao longo destes anos pelas nove parcelas da nossa Região.

É ver a diferença que existe entre a posição que o Sr. Deputado Francisco Sousa assume, enquanto deputado, e aquela que assume enquanto Presidente do Sindicato. É muito difícil compaginar as atitudes e os professores também sabem ver, com certeza, de que lado é que está a verdade, porque quando o coração fala, ele, como Presidente do Sindicato, fala como docente que é, que se orgulha de ser, como meu colega, uma vez que também sou professor e aí a boca não lhe foge da verdade e diz aquilo que sente, o que os docentes sentem e que o mandatam para vir transmitir à comunicação social ao público e ao Sr. Secretário Regional.

Posto isto, eu queria colocar uma outra situação ao Sr. Secretário que tem a ver com uma acusação que vem sendo feita, repetidamente, e que se prende com o facto do Sr. Secretário ter um discurso diferente, consoante está com pais, professores ou com órgãos de comunicação social, o que leva à confusão.

Transpor isto para um campo não menos importante, ou seja, o campo da cultura, a mesma desapareceu do nome da Secretaria. Isto não seria grave se efectivamente a cultura não estivesse a ser descorada.

Eu estou concretamente a centrar a minha atenção e a minha reflexão na área da preservação do património arquitectónico em que a cultura está a ser muito mal tratada.

A comunicação social tem vindo, nos últimos tempos, a dar conta dessa preocupação. Em Angra, em Ponta Delgada, ainda hoje na resenha de imprensa, "SOS património da Ribeira Grande", vem mais um alerta para a situação de abandono em que o património arquitectónico da Região está a ser colocado ou tem vindo a ser votado.

O Sr. Secretário, e tomando o exemplo mais flagrante, ou seja, o seu desempenho em relação a Angra, cidade património mundial, toma atitudes que são só comparáveis às de "Poncio e Pilatos", isto é, o senhor, constantemente, "lava as mãos" dando despachos que pretendem agradar gregos e a tróianos.

Eu lembro-lhe que — eu só encontro explicação para isso — Pilatos quando foi ao julgamento de Jesus Cristo, lavou as mãos, porque a esposa tinha tido um sonho e ele teve medo que efectivamente se concretizassem os factos que ela viu no sonho.

O Sr. Secretário com os despachos que dá, demonstra medo ou receio, mas não deve ser perante um sonho, talvez perante um pesadelo...

(Risos da Câmara)

... que veio a constituir para si num "cristão novo" no Partido Socialista face àquilo que lhe é exigido pelo Presidente da Câmara de Angra e Vice-Presidente do Partido Socialista que efectivamente não pára de lhe exigir coisas que o devem preocupar muito e levam-no a ter despachos que, no mínimo, são confrangedores.

Lembro-lhe que no cumprimento da legislação que foi aprovada nesta Câmara, por unanimidade, na subcomissão, em comissão e posteriormente em plenário, sobre a salvaguarda do património de Angra, património mundial, na sequência dessa legislação, o senhor continua a ser o "garante útil" da preservação desse património e

é um bem nacional que está confiado pelo Governo da República ao Governo Regional, para a sua defesa e acompanhamento.

O senhor demite-se, constantemente, com despachos do género, como por exemplo, no interior dos edifícios, "preservação de acordo com os princípios estabelecidos em Nairobi", e na legislação que aqui citamos, "de elementos de tradicional valor arquitectónico".

O Sr. Secretário num despacho, o último que foi produzido e que o PSD teve acesso, diz que concorda com o parecer do gabinete — aqueles que por lá vão passando, porque muitos nem sequer passam por lá — ou então, não pode discordar, porque esse gabinete tem a câmara, o ambiente e as obras públicas, quando é preciso. É um fórum que o habilita para se pronunciar sobre a matéria. O senhor não discorda ou concorda e em seguida diz que o requerente pode fazer o que quiser.

O senhor dá "cheques em branco", como eu já aqui denunciei, ao Sr. Presidente da Câmara. Portanto, avalia um elemento de mobiliário urbano e diz que outros semelhantes não precisam de vir à sua presença, ficam tacitamente deferidos. Isto são coisas que não se compaginam com a defesa e com a salvaguarda última que lhe incumbe a si fazer.

Angra não está a ser salvaguardada. O património arquitectónico da Região está a ter tratos de polémica.

Eu queria denunciar esta situação aqui.

A comunicação social tem dito que são mais que evidentes os "arranjos" — arranjos, é a palavra que vem aqui, não sou eu que o digo — entre o Sr. Secretário e o Sr. Presidente da Câmara.

Como é evidente, isto tem nos preocupado.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): E muito!

O Orador: Principalmente, depois das duas derrotas sucessivas, os senhores não ouviram aquilo para o qual foram alertados e acabaram por assacar.

A primeira, refere-se àquilo que era a pretensão de escaqueirar o gabinete de Angra e substituir uma chefia que é uma chefia alvo de provimento através de concursos, — das tais que os senhores não gostam muito — por uma daquelas atípicas.

O Sr. Ministro da República vetou, e muito bem, essa pretensão que os senhores tinham...

Secretário Regional Adjunto da Presidência (*Francisco Coelho*): Vocês é que foram cúmplices!

O Orador: ... de substituir na orgânica da Administração, que também é a orgânica do Governo como o Sr. Ministro chamou a atenção e bem, com a chefia de concursos. Os senhores têm medo de concursos e das pessoas que possam concorrer.

Deputado Francisco Sousa (*PS*): Eu por mim estou do lado dos concursos.

O Orador: Portanto, queriam substituir por uma chefia atípica para um tal dos "jobs for the boys", os tais de conhecimento, ou gabarito ou com provas prestadas no património.

Os senhores assacaram com outra situação que foi aqui denunciada e alertada por nós e que o gabinete veio ao longo dos anos a focar, ou seja, a contribuição autárquica.

Nós dissemos que era um disparate crasso a vontade expressa do Governo Regional vir aqui propôr, classificar um a um, os edifícios de Angra de novo.

O Sr. Provedor de Justiça, veio a Angra precisamente dar razão àquilo que o gabinete e que o PSD disseram.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): E serviu de alguma coisa?!

O Orador: Espere!

(Risos da bancada do PSD)

O Orador: Ele veio dizer que o que estava mal era efectivamente o código de contribuição autárquica que precisa de ser revisto.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Ah! O Código é que está mal!

O Orador: A pergunta que eu lhe faço, Sr. Secretario Regional, e que os Angrenses também lhe colocam, vai no sentido de saber o que é que o vosso Governo — os senhores têm muito bom relacionamento com o Governo de Lisboa — para dar seguimento a essa recomendação do Sr. Provedor de Justiça.

É lamentável que os senhores se riam ou encarem uma recomendação do Sr. Provedor de Justiça dessa forma. Isso parece que é uma ligeireza que não lhes fica bem.

Deputado Jorge Valadão (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Uma recomendação do Sr. Provedor de Justiça é para ser encarada com o peso que tem. Isso dá a ideia da ligeireza com que os senhores encaram essas coisas.

Os senhores têm que responder à população de Angra em relação ao que é que fizeram até agora para dar seguimento à recomendação, ou seja, para instar junto Governo da República para que isto seja contemplado.

Isto é bom para Angra e para outras cidades, para outros bens culturais, porque o conceito de conjunto reconhecido internacional e nacionalmente, até mesmo aqui na Região, o primeiro bem cultural a ser considerado património da humanidade, é aquele que é válido e os senhores queriam pô-lo de rasto e queriam que, um a um, os habitantes de Angra fossem à beira de um saco, junto do Sr. Sérgio Ávila, Presidente da Câmara de Angra, propôr o que estava bem ou não para ser classificado ao Sr. Secretário para parecer.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Ainda levavam uma sardinha!

O Orador: Não escapam disso.

O senhor não pode continuar a dar despachos do género que eu apresentei, sem referir aquilo que é fundamental.

Angra, Graciosa, Vila do Porto, e Santa Maria, têm mecanismos de apoio à população e esses mecanismos são para ser usados.

Há legislação que permite apoios para as fachadas, para as coberturas, para a preservação dos bens que são considerados de relevante interesse arquitectónico, tanto interior como exterior.

O Sr. Secretário não deve dizer num despacho, mas isto é inflagrante, ...

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (Álamo de Meneses): Qual foi o despacho?

Pelo amor de Deus! O senhor vem para aqui com cada conversa.

O Orador: Espere.

... que concorda com o parecer....

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Qual foi o despacho que eu disse isso?

Traga o despacho aqui!

Deputado João Cunha (*PSD*): Foi o despacho da trabalhadeira!

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Não seja parvo!

O Orador: ... mas o requerente pode fazer o que quiser.

O senhor deve dizer que o requerente deve manter e para isso tem apoios que podem ir até 75%.

Isso é que é um serviço prestado à população e um bom encaminhamento aos mecanismos que foram criados para proteger a população, para apoiar na preservação de um bem que é património da humanidade e que os senhores têm à semelhança de outro património da região, mal tratado.

A denúncia que nós aqui fizemos daquela "obra prima" que está a nascer na Praça Almeida Garrett, teve algum efeito.

O PSD já teve conhecimento que na sequência do alerta que eu aqui fiz de que a obra não é da responsabilidade do arquitecto e devia ser, já está assinada por um arquitecto.

Fique com esta!

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (*PSD*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Francisco Sousa:

Em primeiro lugar, não lhe reconheço autoridade para, nesta Casa, dizer aquilo a que me devo referir ou não me devo referir, as intervenções que devo fazer ou não devo fazer.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Em segundo lugar, infelizmente, o seu paraíso cor-de-rosa, deixa de o ser quando apontamos situações concretas e aquilo que foi dito não foram coisas vagas, foram situações concretas que se quiser eu digo-lhe onde é que se passam, a escola que se passa, a turma em causa, o ano que é, e em que disciplinas é que se passa.

Não vale a pena arranjar desculpas, porque nós não estamos aqui para encontrar desculpas, mas sim para encontrar soluções.

As desculpas não resolvem o problema, quando muito explicam, mas para explicações não é preciso falar muito.

Os alunos não nasceram na véspera.

Quatrocentos alunos que fizeram exames de 2^a. época, não nasceram na véspera. Uns passaram, outros não passaram, uns voltaram para as turmas do ano em que estavam e os outros passaram para as turmas dos anos seguintes, mas isso era previsível.

Não é para isso que há planeamento, que há uma administração escolar? Não é para isso que há responsáveis?

É para os pais — e agora é nessa qualidade que lhe digo — verem os seus filhos irem buscar cadeiras a tudo o quanto é sítio para terem turmas de 50 alunos?

Deputado Francisco Sousa (PS): Bem bom!

Deputado Jorge Valadão (PSD): Bem bom?!

Deputado Francisco Sousa (PS): Eu se quis trabalhar nunca tive uma cadeira!

A Oradora: É esse o panorama cor-de-rosa da educação?

É nessa qualidade que lhe digo, na qualidade de mãe, de educadora, que há muitos e muitos problemas no ensino, infelizmente. Não é com desculpas que a gente resolve.

Eu aceito as desculpas, quando elas são seguidas das respectivas soluções.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (Álamo de Meneses): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou começar dando resposta à pergunta feita pelo Sr. Deputado Francisco Xavier.

O parque desportivo da Ribeira Grande, neste momento, está em fase final de ser completo. No que se refere ao ponto de vista de equipamento ainda não está completo, no que se refere à estrutura, já está completo.

Neste momento, está a decorrer um conjunto de reuniões visando o seu arranque.

Há questões que têm a ver com o pessoal que é preciso colocar lá e têm também a ver com a coordenação que é preciso fazer-se com uma obra que vai arrancar, provavelmente, no próximo ano lectivo, ou seja, a escola da Maia.

Neste momento, vão ser abrangidos pela Escola da Maia, 600 alunos que estão a vir para a Ribeira Grande. Portanto, com a abertura da outra escola, vai ser possível libertar pessoal da Ribeira Grande, porque a população escolar vai diminuir muito nas duas escolas existentes e esse pessoal, em parte, com outro que será admitido, vai operar nesta infraestruturas, e será contratado outro pessoal que actuará na Maia.

Há esta deslocação de pessoal que é preciso fazer-se.

Neste momento, estão a decorrer, entre as duas direcções regionais com responsabilidades nesta área, a educação e a educação física e desportos e as duas escolas, reuniões, a última das quais creio que foi na passada Sexta-Feira, no sentido de encontrar uma solução transitória que permita que, o mais rapidamente possível, após a aquisição dos equipamentos que deverá acontecer no próximo mês de Novembro, até à abertura da escola da Maia, seja encontrada uma solução que, com o mínimo de deslocação de pessoal, permita fazer funcionar o parque, até que seja libertado outro pessoal com a abertura da outra escola.

Portanto, há aqui um ano de transição que será feito e aquela infraestruturas entrará em funcionamento, provavelmente, no início do próximo ano civil, ou seja, no próximo mês de Janeiro. É essa a nossa intenção, ou seja, arrancarmos com ela no próximo mês de Janeiro.

Em relação às questões que o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca levantou em relação à preservação do património, gostava de dizer que ao contrário daquilo que o Sr. Deputado tem dito, ou que disse, a preservação do património arquitectónico na Região, tem consumido verbas bem mais avultados do que tinha consumido no passado.

Há obras que estão a ser feitas e eu vou citar-lhe apenas 3 obras:

O Colégio dos Jesuítas está, em termos de construção civil, acabado.

Aqui, na Horta, quando sair da Assembleia e olhar para o seu lado esquerdo, verá a Igreja do Carmo, em fase avançada de recuperação.

No Pico, esteve-se a trabalhar no Convento, em São Roque.

No que diz respeito aos apoios individuais, àqueles que são dados em Santa Cruz da Graciosa, em Vila do Porto e em Angra, tem se gasto muito mais dinheiro do aquilo que se gastava no passado. Basta o Sr. Deputado ver os relatórios de execução do Plano que estão na sua posse.

Esses apoios não foram descorados.

O apoio na preservação do património não abrandou, pelo contrário, aumentou.

Em relação às questões que o Sr. Deputado colocou e que dizem respeito a Angra, sendo a primeira questão relacionada com os meus despachos, eu gostava que o Sr. Deputado citasse esses despachos, mas citasse exactamente e aponte-me quando é que eu me desresponsabilizo.

Pelo contrário, eu tenho assumido responsabilidades que não era costume assumir, como por exemplo, ter a coragem de quando tenho uma proposta de um gabinete que eu considero incorrecta, tomar uma posição contrária e dizer como é que deve ser feita, dizendo-o de forma fundamentada, clara e pública.

Em relação às três questões que o Sr. Deputado levantou, e a primeira relacionada com as esplanadas, — o senhor chama as coisas pelo seu nome — gostaria de dizer que é evidente que eu não tenho necessidade nenhuma de estar a autorizar esplanada a esplanada, quando estabeleci um conjunto de regras a que devem obedecer as esplanadas.

Foi dito que todas as esplanadas que obedecessem àquele conjunto de características, a câmara as poderia autorizar, poderia e deveria, porque essa é uma atribuição municipal a qualquer cidade.

Foram criadas regras que salvaguardam aquilo que são os interesses do património. A partir daí, é à câmara que compete gerir.

A verdade, é que Angra está cheia de vida, como também é verdade que as esplanadas em Angra foram um sucesso, porque trouxeram ao centro de Angra aquilo

que há muito tempo não tinha, ou seja, vida, pessoas e actividade e evitou um processo acelerado de declínio da zona urbana de Angra. Isto é reconhecido por todos.

Eu, ao contrário do Sr. Deputado, não trago para aqui os recortes do jornal, mas já que guarda todas essas coisas, certamente que terá os elogios que os angrenses fizeram, ao longo deste Verão, em relação a essa decisão.

Outro despacho controverso, refere-se à questão da iluminação.

A iluminação pública, em Angra, precisa de ser reformulada. Eu chamo-lhe também a atenção para o que diz a imprensa sobre essa matéria. A decisão que eu tomei foi a decisão correcta.

Não vale a pena estar a fazer mais estudos, a atrasar mais uma decisão, quando já se sabe o suficiente.

Aquelas luzes podem e devem ser instaladas, porque foi autorizado.

Quanto à questão dos parquímetros, na vossa opinião, Angra não podia ter parquímetros por uma questão de património.

Pelo amor de Deus! Onde é que isso se faz?

É evidente que Angra pode e deve ter parquímetros, aliás, já os tem.

Esta última questão, suscitou uma outra, ou seja, a questão da canseira ou da trabalheira.

Eu não sei se lê os jornais, mas se leu...

Deputado João Cunha (PSD): Li, Sr. Secretário!

O Orador: ... viu que o próprio jornal que publicou isso corrigiu, dizendo que isso não constava de despacho nenhum.

Eu gostava de dizer que em relação a esse despacho e em relação a essa questão do património, é absurdo, Sr. Deputado, querer construir a Praça de Touros de São João.

Dela nada resta. Foi uma administração autárquica, inclusivamente feita por uma decisão de um recente deputado que saiu dessa bancada há poucos dias, que decidiu demolir a praça. Eu creio que fez bem em ter resolvido isso.

O que é que resta da Praça?

Resta metade da parede do lado norte.

Quer-se fazer um centro cultural que muito vai valorizar Angra e é evidente que deve ser feito.

O Sr. Deputado precisava de ter um bocadinho talvez de mundividência, ver o que é que se passa noutras cidades património mundial, ver como é que é possível "casar" arquitectura nova com arquitectura antiga, ver como é que é possível manter viva uma cidade, apesar dela ser património mundial.

É isso que é preciso fazer em Angra.

Angra, não é para encher de bolas de naftalina e ficar como está, ou, pior ainda, fazer recuar ao início do século XIX.

Angra é uma cidade para vivermos, uma cidade de progresso, uma cidade para gerar riqueza, fixar população.

É preciso fazer isto respeitando o património e é isso que está a ser feito.

Não é com decisões de que está lá meio muro, que vamos reconstruir uma praça de touros que não tinha nada de especial. É uma praça que, segundo dizem os entendidos, nem sequer tinha características para a tauromaquia.

Tinha muitas memórias e essas devem ser preservadas.

Sr. Deputado, eu tenho assumido, com clareza e com coragem, as minhas responsabilidades em relação à preservação do património e não é com negócios com este ou com aquele, é dando razão a quem a tem e fazendo aquilo que acredito, ou seja, preservar o património, mas fazendo de Angra uma cidade moderna, eficaz e em que apeteça viver.

Eu também lá vivo e quero que a cidade continue assim, ao contrário daquilo que tem vindo a ser feito no passado, isto é, matar Angra, asfixiando-a devagarinho.

Outra questão que o Sr. Deputado aqui levantou, refere-se à contribuição autárquica.

Com o devido respeito, em relação ao Sr. Provedor de Justiça, cujos pareceres nós respeitamos, a verdade é que eles não têm, sob a administração fiscal, qualquer eficácia e não têm, porque a administração fiscal tem, naquilo que é a lei, muito claramente aquilo que é.

Além disso, há uma outra questão, uma questão central e de justiça, Sr. Deputado.

V. Exa. traz sempre para aqui a convenção de Nairobi, os conjuntos e outras coisas.

O conjunto existe, mas ele não é constituído por elementos todos iguais. Um conjunto tem, no seu interior, coisas muito diferentes.

Não é justo que quem tem uma casa, no centro de Angra, que é uma dissonância arquitectónica, que contribui para que Angra não seja aquilo que poderia ser, tem a isenção da contribuição autárquica da mesma forma que quem tem uma casa, respeita-a em tudo e para isso gastou muito dinheiro, ou seja, respeita em tudo os requisitos do património.

Sr. Deputado, a proposta que os senhores rejeitaram — e é apenas por vossa culpa que Angra não tem hoje a isenção autárquica que devia ter, os senhores assumam essa responsabilidade — dizia claramente que tipo de imóveis é que poderiam ser objecto, ou seja, os imóveis que estejam totalmente de acordo e que respeitem escrupulosamente as regras estabelecidas por Angra, deveriam estar isentos.

Isto não implica uma reclassificação. Implica uma identificação, isto é, deve-se dizer que este imóvel está de acordo com as regras, portanto está isento. Ao contrário, implica dizer que aquele que não está de acordo com as regras deve continuar a pagar a contribuição autárquica.

Caso contrário, nós estaríamos a criar uma enorme injustiça dentro de Angra e o Sr. Deputado sabe disso, mas persiste sempre em dizer a mesma coisa e a tentar dizer que afinal, por causa do Provedor de Justiça, as coisas resolvem-se.

Não se resolve, porque o Código de Contribuição Autárquica é extremamente claro em relação a essa matéria.

A forma correcta de resolver tinha sido aquela proposta por nós nesta Casa. É pena que essa proposta não tenha tido vencimento, porque hoje, Angra poderia ser um lugar muito melhor, porque havia um incentivo claro a quem preserva património e faz aquilo que tem que fazer.

Esse incentivo não existe e o Sr. Deputado persiste, com essa medida que no fundo fomenta a mediocridade, em dizer que afinal deveria ser tudo.

Não. Deve ser para quem merece.

Em relação àquilo que o Governo tem feito, nós mantemos a esperança de algum dia vir a resolver isto e tentar, por todos os seus meios, resolver esta questão.

É importante que quem tem um imóvel no centro de Angra, e respeita as regras do património, seja premiado por isso.

Nós continuamos a tentar e vamos continuar.

É pena que os senhores em vez de serem parte da solução, sejam parte do problema.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro(PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As características e a circunstância deste mini debate sobre o sector da educação, fazem-nos passar por diversos grandes temas do sector.

Nós já entrámos aqui em questões que se distanciam muito daquela que iniciámos. Dos recursos humanos às infraestruturas, já passámos pelas esplanadas e pela Praça de Touros de São João, ou seja, todo um conjunto de coisas importantes, mas que nos dificultam a inserção no debate.

Seja como for, eu estava inscrito e gostaria de dar conta de duas ordens de preocupações do Grupo Parlamentar do Partido Popular.

A primeira, tem a ver com os recursos humanos na área da educação.

Nós queríamos manifestar a nossa satisfação pelo facto de estarmos a assistir, ano após ano, a uma crescente e maior qualificação dos docentes na Região Autónoma dos Açores.

É muito positivo e é muito satisfatório ouvir e saber que, na maioria das escolas da Região Autónoma dos Açores, estamos com quadros docentes de profissionais ao nível do 2º. e do 3º. ciclo.

Nós entendemos que esse registo deve ser feito e devem ser assumidas as consequências naturais e óbvias deste facto.

É bom recordar que esta Região passou por momentos e por fases, no seu sistema de ensino, em que tínhamos alunos da Universidade a dar aulas a candidatos à universidade.

Pior: chegámos a ter alunos com 12º. ano, a dar aulas ao 12º. ano.

Foi essa evolução que, hoje, felizmente, nos permite ter a dotação que temos ao nível da qualificação dos docentes na Região Autónoma dos Açores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Há desemprego em sequência da evolução qualitativa desse quadro, mas é uma consequência social de uma evolução positiva. É a regra do mercado de trabalho a funcionar.

O drama, sob o nosso ponto de vista, é que, infelizmente, parece não haver desempregados, porque esses concidadãos, não têm acesso ao subsídio de desemprego. Aqui, se me permitem, a tónica que o Grupo Parlamentar do Partido Popular gostaria de deixar a esta Assembleia, vai no sentido de se encontrar a forma de que efectivamente os desempregados tenham acesso ao subsídio de desemprego.

Permitam-me aqui a imperfeição técnica, mas estamos num parlamento, numa casa em que a política deve, neste caso, nortear.

O que nos interessa é que alguém que prestou serviços, que foi professor provisório, transitoriamente, porque não conseguiu emprego noutra sítio e acabou por conseguir emprego a dar aulas, ao fim de todos esses anos, sejam 5 ou 10, tenham um tratamento condigno de alguém que perdeu aquele emprego que era provisório.

Parece-nos que isso era muito mais digno do que estar a fazer uma esmola, ou a transformar o Governo Regional numa Santa Casa, que não é e que não deve ser.

Com isto, quero dizer que o Grupo Parlamentar do PP concorda com a solução provisória que o Governo encontrou para uma situação particular, mas que não pode ser solução. Tem que haver uma solução digna para quem perdeu o emprego e para quem já sabia que o iria perder.

Há aqui um mercado que tem que funcionar e neste campo há que actuar com justiça. A nossa primeira palavra, é de satisfação para a situação dos recursos humanos, dos quadros qualificados.

A nossa segunda palavra, é de insatisfação e prende-se com o facto de que temos perfeita moral, como partido da oposição, daquilo que ao longo dos anos este Grupo Parlamentar tem dito e exigido nesta Assembleia.

É fundamental que os planos aprovados nesta Casa correspondam o mais aproximadamente possível àquilo que se pensa fazer e que se deve fazer.

Por conseguinte, quando assistimos a uma sistemática não execução de projectos de grande dimensão, na área do ensino, que estão consagrados no nosso plano e no nosso orçamento, anualmente aprovados nesta Casa, tem, como teve no passado e haverá no presente, a oposição, a denúncia deste Grupo Parlamentar.

É lamentável que projectos, como foram alguns aqui referenciados, e que sabemos porque são aqueles que estão mais próximos de nós, como a recuperação da Escola Francisco Ornelas da Câmara, na Praia da Vitória, a célebre nova escola do 2.º e 3.º Ciclo e Ensino Artístico de Angra do Heroísmo, a Escola Secundária da Horta, tenham sido sistematicamente não executados no grau e na proporção que estava definida nos documentos.

Não nos interessa a nós que isso já acontecesse no passado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Nós sabemos que no passado essa era uma característica, usualmente consequência da análise dos planos e dos orçamentos. Havia uma grande falha entre o proposto e o executado.

Agora, nós estamos aqui com a mesma coerência, com a mesma determinação, a chamar a atenção do Governo e a denunciar que mantem-se essa pecha da administração regional. Mantem-se a pecha de se propor muito mais do que aquilo que se é capaz de fazer.

Nós anotamos aqui a nossa insatisfação e chamamos a atenção do Governo para a necessidade de implementar, com a maior celeridade, com a maior prioridade, esses projectos que estão alguns inscritos desde 97, que tinham como arranque o ano 98 e já estamos no fim de 99 e há a insatisfação da população dos Açores e daqueles que têm que zelar, como é o nosso caso, para que o Governo cumpra melhor com aquilo que promete.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão(PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Normalmente, quase todos os anos, nesta altura, faz-se uma análise da situação das nossas escolas, do nosso ensino e ainda bem que é feito, porque é a oportunidade que temos de trocarmos impressões aqui, perante toda a nossa comunidade, por aquilo que se faz nesta matéria.

É evidente que, em nosso entender, há aspectos diferentes, uns melhores outros piores, no que diz respeito ao desenrolar do trabalho normal das nossas escolas.

Porém, eu pedi a palavra para fazer uma interpolação directa ao Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Quando o Sr. Secretário iniciou o seu mandato, já se leccionava, na Escola Padre Maurício de Freitas, nas Flores, o ensino secundário.

Já nessa altura, se a memória não me falha, no plano do anterior, vinha mencionada a necessidade da ampliação dessa escola.

Em todos os planos deste Governo, e estou a falar de cor, não consultei os documentos, mas a memória não me falha nessa matéria, tem se feito referências à ampliação dessa escola.

No plano do corrente ano, vem referido, salvo erro, a elaboração de projectos e início da obra.

Quando o Sr. Secretário, conjuntamente com o resto do Governo, esteve nas Flores, essa matéria foi levantada e alguns dias ou meses antes, tinham estado, inclusive, técnicos a fazer um levantamento topográfico da zona.

Estávamos convencidos e de boa fé acreditávamos, que o projecto estaria a ser elaborado e que veríamos, ainda este ano, essa obra iniciar-se.

Foi com espanto que, há poucos dias, verificámos que em vez das obras da ampliação da escola, está-se a fazer a vedação da mesma.

Nós não queremos pôr em causa a necessidade da vedação, porém, em nosso entender, a ampliação é muito mais urgente do que a vedação.

Ainda bem que se está a fazer a vedação, que se faça, mas não se esqueça o problema da necessidade imperiosa da ampliação da escola.

A nossa pergunta objectiva é se o Sr. Secretário tem intenções, ainda este ano, de cumprir aquilo que está estipulado no plano que aqui aprovámos e que, de boa fé,

pensando que ele ia ser executado em relação a essa e a muitas outras matérias, votámos favoravelmente.

Essa obra vai ser iniciada este ano, conforme veio no projecto e na proposta de plano do Governo? Em que estado é que está, neste momento, o projecto dessa obra?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Cunha.

Deputado João Cunha(PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu pedi a palavra para defesa da honra, Sr. Presidente e não propriamente para intervir no debate. Eu passo a explicar.

Há bocadinho, quando o meu colega de bancada, Dr. Aurélio da Fonseca e ilustre deputado intervia, o Sr. Secretário Regional perguntava, em apartes, qual era o despacho, eu respondi com aquilo que vinha num órgão de comunicação social da nossa região, ou seja, "o despacho da trabalhadeira".

O Sr. Secretário da Educação, dando mostras da educação que tem, disse-me, "não seja parvo".

Deputado Dionísio de Sousa (PS): É um conselho bem aceitável!

(Risos das bancadas do PS e do Governo)

O Orador: Sr. Secretário, e para si também, Sr. Deputado Dionísio de Sousa, digo que guardem para si o adjectivo com que me quiseram classificar, porque a vós ele assenta-vos que nem uma luva.

Muito obrigado.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Então seja parvo!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Xavier.

Deputado Francisco Xavier (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Educação:

Eu vou, novamente, insistir no assunto do complexo desportivo da Ribeira Grande, porque não fiquei satisfeito.

Eu não cheguei a perceber bem as razões do atraso do funcionamento do parque desportivo, mas por aquilo que eu percebi, tem a ver com a situação conjuntural, com o arranque da Escola da Maia e com o pessoal auxiliar.

Eu não percebo por que é que se deixou chegar à conclusão do complexo desportivo para se pensar no pessoal auxiliar.

Eu acho que este é um bom exemplo da falta de planeamento, porque os alunos existem, são 2.300 alunos, os professores existem, há um quadro docente habilitado, há boas instalações e não há aulas de educação física no complexo desportivo.

Esta é uma situação que não agrada. É uma situação lastimável.

Há soluções para isso, nem é preciso estar aqui a sugerir, mas por aquilo com quem eu tenho falado e que tem responsabilidades na gestão das escolas, poderá haver requisição de pessoal ...

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): É preciso que haja orçamento para tal!

O Orador: ... que já esteja a trabalhar noutras escolas. Aí as despesas não são acrescidas, naturalmente.

Seriam acrescidas se houvesse um contrato a termo certo, o que também seria uma outra solução, mas o que interessa aqui é resolver a questão.

Não se pode adiar, novamente, para Janeiro e ter o mesmo processo que o ginásio da escola, o verdadeiro ginásio da escola, o velho ginásio da escola, teve.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Velho, não! O ginásio está novo!

O Orador: Sim, mas já estive novo em 91 e acabou por ficar velho, porque o Sr. Secretário sabe que na escola o desgaste é grande e quem trabalha em escolas sabe perfeitamente como é isto.

Ele já foi novo uma vez, ficou velho, tornou a ser novo e agora volta novamente a ser novo, mas levaram 3 anos para arranjar esse ginásio.

Os alunos que entraram no 10º. ano e que hoje estão na universidade, não tiveram uma aula de educação física na escola e isso não tem nada a ver com o parque desportivo.

O ginásio da escola, simultaneamente com a construção do parque desportivo, teve que sofrer beneficiações e levou-se 3 anos e todos os anos se dizia que era em Janeiro.

Este ano, o último ano lectivo, também se disse que era em Janeiro e acabou por ser inaugurado no último dia de aulas para desgosto dos alunos do 12º. ano que saíram. Exactamente no último dia de aulas para eles é que se fez a inauguração do ginásio.

Eu não quero polemizar essa questão. Simplesmente queria fazer nota dessa insatisfação e que se arranje a melhor solução, o mais rapidamente possível.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Brasil.

Deputado Manuel Brasil (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário, quando se falou aqui na questão do património, disse que gastava algum dinheiro com o património em Santa Cruz, na Graciosa, em Vila do Porto, em Santa Maria, na cidade património de Angra, etc....

Nós, em São Jorge, temos um património reduzido, mas temos um monumento que é património nacional desde 1952 — não foi nestes ventos de mudança, depois do 25 de Abril — ou seja, a Igreja de Santa Bárbara, na freguesia das Manadas.

Acontece que esta igreja tem 3 telas em restauro há cerca de 20 anos.

Eu já dirigi alguns requerimentos para ter conhecimento do estado de recuperação destas telas e obtenho sempre a mesma resposta, isto é, estão em recuperação.

Será que 20 anos não chegam para restaurar 3 simples telas de formato relativamente pequeno?

Penso que a Capela Cestina, na Basílica de São Pedro, não levou tanto tempo a restaurar.

Deputado Fernando Menezes (PS): Oh, Sr. Deputado!

O Orador: Por isso, porque o senhor diz que assume o património com clareza e com coragem e porque penso que o povo de São Jorge se revê no seu monumento nacional que é a Igreja de Manadas, gostaria de ver as telas colocadas no seu lugar para acabar de abrilhantar aquele belíssimo monumento.

Disse.

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começando pela ordem em que as questões foram levantadas, eu iniciaria pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Nas verdade, o nosso sistema educativo, este ano, tem mais professores em número absoluto e mais professores em termos de qualificação. Ainda bem que assim é.

Esta é uma situação que, dado a situação do mercado de trabalho a nível nacional, o número de alunos em escolas do ensino superior, vai continuar a acontecer nos próximos anos.

Portanto, a muito breve trecho, e falo em 2, 3 ou 4 anos, as nossas escolas terão um corpo docente totalmente profissionalizado. É esta a tendência, ou a tendência que vai acontecer muito depressa.

Isso, obviamente, vai implicar que todos aqueles que estão, neste momento, a ocupar esses lugares e que não são profissionalizados, vão ficar sem colocação.

Este problema que surgiu este ano, pela primeira vez de forma tão expressiva — já tinha acontecido em pequenos números em anos anteriores — é algo que vai acelerar nos próximos anos em vez de diminuir.

A solução ideal seria a existência de subsídio de desemprego, como acontece com qualquer outro trabalhador.

Isto não acontece devido à forma do contrato, porque os professores são contratados por contrato de provimento e este tipo de contrato, que é o mecanismo normal de contratação do funcionário público, se por um lado tem vantagens, ou seja, dá a esses professores as garantias da ADSE, por outro lado, tem esta terrível desvantagem, isto é, uma vez terminado o contrato, porque não há descontos para a segurança social, não está prevista qualquer forma de apoio.

Esta é uma medida que tem que ser tomada a nível nacional, e tem a ver com a legislação geral e com o próprio estatuto da carreira docente. É algo que tem que ser feito pelo Governo da República e espero que seja feito a breve trecho.

Na nossa Região e para minorar isso, arranjou-se uma forma de dar o mesmo tipo de garantia.

Eu espero que este seja o último ano que isto funcione, porque isto não é propriamente uma atribuição que deve pertencer à Região, mas sim deveria ser uma atribuição do sistema geral de segurança social, tanto mais que eu tenho a certeza que, no próximo ano, nós teremos o dobro ou o triplo das pessoas que estão agora nesta situação.

O número de pessoas nesta situação, é um número relativamente pequeno. Nós ainda não temos dados finais porque o prazo para entrega das candidaturas terminou apenas no dia 25 e não há ainda uma estatística final, mas serão perto das 200 pessoas a maior parte das quais não são docentes profissionalizados.

O número de docentes profissionalizados representa, talvez, menos de um quarto do total destas pessoas. É um número muito pequeno.

Os outros são pessoas que precisam agora de um acompanhamento e de um apoio no sentido de ingressarem em carreiras correspondentes às suas habilitações e à sua formação profissional. Isso está a ser feito e será feito.

Em relação às questões mencionadas de execução do plano, nós temos feito os possíveis para que o plano seja executado de acordo com aquilo que foi aqui aprovado.

Inclusivamente, há um documento que o Sr. Deputado certamente terá, ou seja, a carta escolar, que tem no fim um relatório da execução dos projectos, apontando todos os projectos que foram incluídos em qualquer plano da responsabilidade deste Governo, o que é que já foi feito e o que é está a ser feito.

Isso permite que se faça uma avaliação das propostas.

Nós estamos a cumprir aquilo que era o nosso plano em termos de sistema educativo. Há algumas obras que têm tido alguns atrasos e uma delas — e passo, desde já, a dar resposta à questão levantada pelo Sr. Deputado Paulo Valadão — é a das Flores que teve um atraso por uma razão de natureza técnica.

O projecto que tinha sido feito ocupava um terreno que não era conveniente ser expropriado e por isso foi preciso reformular o projecto.

Nesta altura, esse projecto está na sua fase final de elaboração. Logo que o mesmo esteja pronto, será imediatamente lançada a empreitada a concurso.

A Resolução que autoriza isso já está em vigor, já está aprovada, e estamos apenas à espera, por parte do projectista, do projecto de execução.

As obras que estão a ser feitas na escola, espero que sejam mais do que a vedação. Passam pela vedação, pintura interior, arranjo de infiltrações, ou seja, todo um conjunto de pequenas obras, que são da responsabilidade da própria escola, do fundo escolar respectivo, e têm a ver com a pequena e normal manutenção da escola.

Portanto, são os arranjos que a escola deve fazer para evitar degradar-se.

Isso está a ser feito, mas uma coisa não impede a outra. São obras que se complementam umas às outras.

Nós não queremos que a escola continue com os mesmos problemas durante tanto tempo e isto não prejudica em nada a obra que se quer realizar.

Sr. Deputado, logo que estejam reunidas as condições técnicas para avançar com o projecto, ele avançará.

Em relação à questão levantada pelo Sr. Deputado Francisco Xavier, efectivamente nós sabemos há muito tempo quantas pessoas é que são precisas para lá.

Acontece que nós não dispomos dessas pessoas e não sendo possível requisições ou destacamentos, porque as escolas têm os seus quadros completos — é bom que continuem com eles completos, nós não vamos estar a desfalcar escolas — a única forma realista de, a muito curto prazo, arrancar com a totalidade do parque desportivo, seria a contratação. Para isso teriam que ser feitos contratos a termo, por causa da questão da abertura da Escola da Maia e há que fazer os acertos de pessoal, o que não é possível por razões orçamentais.

Não é uma questão de planeamento, mas sim uma questão orçamental e tem a ver com o facto de nós estarmos no fim do ano económico e termos problemas que são comuns.

De qualquer maneira, também quero dizer que a obra ainda não está totalmente completa, mas ficará no próximo mês de Novembro. A partir daí, nós fazemos os possíveis para arrancar com ela tão depressa quanto seja possível.

Não é por falta de planeamento, mas sim por implicar um aumento de 13 pessoas e essas 13 pessoas, obviamente, terão que ser pagas.

Na pior das hipóteses, com a entrada em vigor do orçamento do ano 2000, o assunto ficará ultrapassado.

Neste momento, estão a decorrer os contactos necessários no sentido de se tentar deslocar o pessoal que seja possível, minimizando o número de contratos que é preciso fazer-se por forma a que tenha cabimento nos orçamentos existentes.

Em relação à questão levantada pelo Sr. Deputado Manuel Brasil, ou seja, as telas em recuperação, gostaria de informar que as telas não estão em recuperação. As telas estão em depósito desde o sismo de 1980.

Essas telas e muitas centenas de outras telas, estão num depósito do SECRA, em Angra.

Esta é uma situação que nós quisemos resolver e para isso assinámos um protocolo com a diocese, porque é a entidade proprietária da maior parte das telas que lá estão, no sentido das igrejas poderem, sempre que o entendam, através de um mecanismo que está estabelecido pela própria diocese, retomar essas telas e providenciar no sentido de contratar os artífices necessários para resolver o problema, com apoio financeiro da Secretaria. Esta é a forma de resolver esse problema.

A recuperação de telas é um trabalho muito lento e, ao actual ritmo de trabalho, seriam precisas algumas centenas de anos para recuperar o depósito de telas que existe em Angra.

Nalguns casos, as igrejas já o fizeram.

No caso das Manadas creio que não o terão feito, mas poderão fazê-lo.

Essa é a forma de, realisticamente, ser resolvido o problema.

Ficar à espera de chegar a vez de recuperação dessas telas, o tempo será certamente excessivo.

Como se trata de um monumento nacional e de um monumento com grande importância, a participação financeira dessas telas será tão rápida quanto se encontrem as soluções técnicas para isso.

Isso exige a conjugação de dois factos, ou seja, encontrar pessoal devidamente habilitado, o que não é fácil a nível do país, e, por outro lado, obter o acordo da diocese que estabeleceu também as suas prioridades em termos de recuperação.

Esta é que é a resposta correcta, ou seja, as telas não estão em recuperação há 20 anos, mas sim, estão em depósito há 20 anos.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca.

Deputado Aurélio da Fonseca (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais:

Numa forma muito sucinta dois reparos, uma recomendação e duas perguntas.

O primeiro reparo, é que era aconselhável, ficava bem ao Sr. Secretário, reconhecer com alguma humildade que se hoje Angra tem a vida que tem — ninguém contesta aquilo que está a ser feito ou que tem vindo a ser feito para animação no centro da cidade — isso só foi possível porque as anteriores câmaras do Partido Social Democrata investiram os milhões que foram necessários para fazer as obras que as ventraram durante anos, ou seja, o saneamento básico e o abastecimento de água.

Sem isso, com a cidade revirada, com as calçadas levantadas, era absolutamente impossível fazer aquilo que o Sr. Presidente actual, que herdou essa situação já ultrapassada, está a fazer.

Era bom, era, no mínimo, salutar, reconhecer que isso foi obra do Partido Social Democrata.

O segundo reparo, para dizer que o que lhe dói nesta matéria da legislação que foi aprovada para Angra, é que o documento que saiu desta Casa, não é um documento do PSD.

O Sr. Secretário está a ser injusto para com a bancada do Partido Socialista. Não está a fazer justiça à Sra. Presidente da Comissão, Dra. Fernanda Mendes, que dirigiu os trabalhos.

O que resultou do trabalho da Subcomissão e da Comissão, foi, dos dois documentos que foram submetidos ao trabalho de todos os elementos que compõem a Comissão de todas as bancadas com assento neste Parlamento, resultou um documento que não é do PSD.

Nós temos a humildade de reconhecer que o documento foi fruto do contributo de todos, inclusivamente da vossa bancada.

O Sr. Secretário tem que ter menos arrogância e tem que ter a humildade de reconhecer que o que o passou foi, efectivamente, aquilo que todos entenderam como sendo o mais aconselhável, e tem que aceitar que a sua proposta, a proposta do Governo, não conseguiu convencer os deputados que trabalharam.

A votação final que se traduziu na aprovação por unanimidade, foi ao encontro daquilo que os deputados, de forma muito empenhada, fizeram ao longo de um trabalho sério, e levado a cabo ao longo de muito tempo.

A recomendação que gostaria de fazer, Sr. Secretário, vai no sentido de que o Governo não deve, de forma alguma, deixar de reforçar a recomendação do Sr. Provedor de Justiça.

O Partido Social Democrata não vai deixar de insistir, de perguntar, de saber e de fazer aquilo que for necessário para estar a habilitado a informar o que é que foi feito pelo Governo na defesa dos habitantes de Angra, reforçando a recomendação do Sr. Provedor de Justiça.

As perguntas são as seguintes:

Se há assim tanto dinheiro, como parece e pelo o que o Sr. Secretário aqui enunciou, na área do património, para quando o Sr. Secretário habilita, com as verbas necessárias, o Museu de Angra — a infraestrutura está pronta — para que, finalmente, possa ser posto a funcionar?

Já há uma data previsível — o Sr. Secretário não respondeu a esta questão concreta que eu lhe coloquei — para a conclusão do inquérito aos mini concursos, para a deslocação e os resultados ?

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Chamo a atenção para o Governo Regional, porque dispõe de 4 minutos.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Dada a escassez de tempo, irei directamente às questões.

Em relação ao Museu de Angra, devo dizer que o mesmo tem a dotação necessária, na proposta de plano para o ano 2000, para montar toda a exposição.

As questões não são apenas de natureza financeira, são também de natureza técnica e têm a ver com o "design" dos móveis. O Sr. Deputado certamente que estará informado das questões que têm decorrido particularmente em relação ao contrato existente com a equipa de arquitectura e os atrasos que têm resultado desse contrato.

Em relação às questões dos mini concursos, considerámos como prioritário a investigação de todos os mini concursos em que alguém concretamente denunciou.

Todos esses já foram verificados e não se detectou, até agora, nenhuma violação das regras estabelecidas. Isso tem vindo a ser comunicado às pessoas que, de forma concreta, acusaram esta ou aquela escola de não ter seguido as regras.

Começando por aí, nós vamos fazer uma verificação, não pode ser total mas alienatória, de todos os mini concursos a ver se encontramos alguma coisa.

Neste momento, não foi encontrado nenhum mini concurso que não tivesse seguido as normas estabelecidas.

Naquela altura, foi feito por mim um apelo para quem conhecesse, em concreto numa escola, uma situação o indicasse. Recebemos cerca de uma dúzia de indicações de mini concursos, especificamente, e os mesmos foram verificados, mas não se detectaram anomalias.

Neste momento, ainda está a decorrer um inquérito de um caso que foi indicado, de uma vaga que apareceu e desapareceu numa escola em São Miguel, mas neste momento ainda está a decorrer o processo para tentar perceber o que é que se passou.

Eu ainda não tenho as conclusões, mas veremos o que é que aconteceu.

Até agora posso dizer-lhe que todas as outras queixas apresentadas foram consideradas como sem fundamento.

É evidente que poderá haver algum caso que tenha fundamento. Nós estamos alerta e estamos atentos a isso.

Se alguém conhece alguma situação concreta deve dizê-lo para que seja mais rápido a averiguação.

Muito obrigado.

Presidente: Vamos retomar as nossas inscrições.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Greves.

Deputado João Greves (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O passado dia 5 de Outubro teve grande significado para a nossa História, mas para falar dessa data histórica prefiro ficar para ouvir aqueles que são formados em História.

O 5 de Outubro passado foi para muitas famílias corvinas o prepararem-se para receber o último ordenado até que chegue o mês de Agosto do ano 2000, porque até lá não vão conseguir exportar mais gado para o Mercado do Continente.

Actualmente, só se fazem duas exportações anuais de gado devido à má política de transportes que este governo...

Deputado Madruga da Costa (PSD): Que devia estar e não está...

Deputado João Cunha (PSD): Na sala!

O Orador: Não está. É tudo no virtual, infelizmente.

No meu tempo nem sequer se dizia que era no virtual, mas sim concreto ou abstracto, mas isto são novas inovações.

... teima em manter naquela ilha. Os corvinos dizem basta, é tempo de mudar duma política que gere tantas injustiças.

Senão vejamos, o último embarque de gado foi feito em péssimas condições, em primeiro lugar, o gado teve que sair para as Flores no dia 6 e esperar aí até ao dia 9. Três dias de espera com despesas de alimentação e de salários a tratadores.

Daí rumou para S. Miguel onde teve que fazer mais um transbordo .

Muitos destes animais quando chegaram às Flores já estavam em más condições, alguns com ferimentos, outros debilitados por serem transportados a granel e muito apertados.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Quando há 3 anos, o P. P. propôs, nesta Assembleia, o prolongamento do Porto da Casa, fê-lo no sentido de dotar a ilha do Corvo com uma porta aberta a toda a navegação regional que se enquadrasse nas características e nas dimensões daquele porto.

Não o fez com a intenção de que tal estrutura apenas servisse para ser um entreposto entre as Flores e o Corvo.

Uma vez que a obra está concluída é imperdoável que situações como esta aconteçam.

Deputado João Cunha (PSD): Como a falta do Governo na bancada!

O Orador: Realmente, é pena!

A continuar assim este Governo está a asfíxiar a economia daquela ilha e da Região da qual ela faz parte.

Passo a explicar. A economia da ilha do Corvo baseia-se quase que exclusivamente na agropecuária de que a exportação de gado assume uma importância fundamental. A frequência bianual dessa exportação é obviamente negativa para a economia corvina.

O transporte de gado com vários transbordos prejudica o peso dos animais e a sua comodidade e potencia, pela forma como é feito, ferimentos no gado, traduzindo-se tudo isto em prejuízos avultados para os proprietários.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Sr. Membro do Governo:

Não é minha maneira de ser trazer para esta Assembleia problemas sem primeiro ter pensado na sua solução.

E penso que há solução para remediar esta situação que não deve continuar assim por mais tempo. Temos, na Região, por exemplo, uma transportadora marítima cuja frota de navegação, tanto quanto averigui está em condições técnicas de promover o transporte do gado e outras mercadorias directamente do porto do Corvo para o porto de destino.

Tem navios com calado médio, totalmente lastrados que poderão operar no porto do Corvo, providos de contentores de pequena dimensão capazes de transportar 3 a 4 cabeças de gado cada um o que permitiria o transporte de 60 a 80 animais em convés, podendo assim fazer-se várias exportações anuais como se fazia no tempo em que a Transinsular escalava o Corvo:

Navios com estas características escoariam o gado do Corvo em boas condições, evitando-se assim muitas despesas que, actualmente, são feitas nas Flores, porque o gado entraria directamente nos contentores e quem ganharia seria a economia dos corvinos.

O seu transporte directo possibilita a feitura de melhores negócios para os exportadores, pois para além do gado perder menos peso também não nos faltariam compradores para comprar directamente no Corvo a preços por vezes melhores do que o dos leilões, no Parque de Palmela.

E pagavam melhor, porque sabem que os corvinos produzem várias toneladas de carne da melhor, porque a engorda é feita sem rações e em pastos praticamente sem adubações.

Podemos dizer que é um produto cem por cento natural, o que hoje é raro encontrar.

É pena que situações como estas aconteçam na nossa ilha.

A solução deste problema poderia ser feita sem encargos adicionais para o Governo.

Bastaria que o subsídio que o Governo está a investir no transporte de gado e mercadorias do porto do Corvo para o das Flores fosse afectado a este transporte.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Já é tempo de olhar para o Corvo como uma ilha que tem potencialidades, é preciso aproveitá-las e apoiá-las. Não é justo que os corvinos produzem bons produtos e o Governo deixe que estes se percam pelo caminho.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Nunes.

Deputado José Manuel Nunes (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu estou de acordo e subscrevo a intervenção do Sr. Deputado João Greves, no que se refere à exportação do gado bovino da Ilha do Corvo.

De facto, o gado teve que sair com alguma antecedência, este ano, devido às previsões que tínhamos. Como o navio ia chegar às Flores e não podia esperar, o gado teve que sair do Corvo 3 ou 4 dias antes, o que causou graves prejuízos para a economia local.

Há que pensar nesta solução dos contentores para três ou quatro animais. Como disse o Sr. Deputado João Greves, há uma empresa que tem esses contentores, o que nos poderia proporcionar a exportação de 70 a 80 animais aproximadamente.

O único canal que temos neste momento é o Parque de Palmela, porque os compradores, devido a este problema da exportação do gado, não costumam

comercializar o gado do Corvo, derivado ao problema que existe da saída do gado daquela ilha.

Eu penso que o Parque de Palmela tem sido muito viável à economia da ilha, mas, neste momento, está em péssimas condições porque está muito degradado.

Tem havido algum empurrão da CAF para a Federação e da Federação para a Secretaria, mas até hoje o problema continua sem solução.

Eu julgo que já é tempo de vermos isto com outros olhos, porque se o Parque de Palmela, de facto, continua no estado de degradação que se encontra neste momento, não teremos nem compradores, nem o Parque para poder comercializar a carne da Ilha do Corvo.

Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, encerrado este ponto, vamos proceder ao nosso intervalo.

Recomeçaremos os nossos trabalhos às 18.15 horas.

(Eram 17 horas e 30 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, agradeceia que tomassem os vossos lugares para reiniciarmos os nossos trabalhos, com a respectiva **Ordem do Dia**.

(Eram 18 horas e 25 minutos)

Tem a palavra o Sr. Presidente da Comissão de Política Geral para apresentar o respectivo **Relatório da Comissão**, sobre a "**visita ao Canadá e às Bermudas**".

De acordo com o combinado na Conferência de Líderes sobre os tempos disponíveis ficou assente que a Comissão tem 15 minutos, o Partido Socialista e o Partido Social Democrata têm 10 minutos, o Partido Popular 7 minutos e o Partido Comunista dispõe de 5 minutos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Azevedo.

Deputado Manuel Azevedo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Este não é, propriamente um relatório, se quisermos falar nos tradicionais relatórios que são lidos nesta Casa, mas mais uma intervenção que procura alertar para aquilo que nós sentimos junto destas duas comunidades que visitámos em Junho passado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A Comissão de Política Geral da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, no âmbito das suas atribuições regimentais visitou, na última semana de Junho passado, as comunidades açorianas residentes na área de Toronto-Canadá e na Bermuda.

Esta deslocação a duas comunidades açorianas emigradas — propositadamente assim planeada — teve o condão de, reduzindo custos, diversificar e rentabilizar contactos.

Delegações diversas da Assembleia Legislativa Regional dos Açores têm, ao longo da nossa ainda curta história autonómica, visitado o Canadá, mais concretamente a província de Ontário. Tal — ao contrário do que poderia ser esperado — tem vindo a criar, junto das nossas comunidades emigrantes, necessidades e apetências para contactos, com visitas mais frequentes. Aliás, hoje, com a facilidade de transportes, que o vaivém contínuo de emigrantes que visitam a terra natal e de residentes que visitam os seus parentes na diáspora confirma, não se compreenderia que representantes eleitos na Assembleia Legislativa Regional dos Açores não estivessem presentes com a frequência que, a cada momento for julgada conveniente e útil, junto dos açorianos tornados emigrantes, neste caso concreto, no Canadá.

Por essa razão estivemos lá e pudemos apreender o pulsar económico, sócio-cultural e religioso da nossa Comunidade em Toronto e em Cambridge, bem como as maiores preocupações que, de há uns anos a esta parte, se vêm sentindo e, nalguns casos, agravando.

A manutenção da língua e cultura portuguesas é, com certeza, o maior problema.

Há sinais evidentes, percebidos pela nossa Comunidade, de que o Governo Canadiano pretende reduzir o ensino das línguas dos emigrantes, entre as quais, a portuguesa. Há mesmo quem diga, contra a opinião do deputado provincial de origem portuguesa, Carlos Faria, com quem nos reunimos no Parlamento do Ontário, que é crescente essa tendência.

Apesar do esforço de professores, do desejo dum grupo significativo, ainda que minoritário, de alunos portugueses e de ascendência portuguesa nas duas

universidades de Toronto, constituídos em associações, com quem também nos reunimos, teme-se o pior.

As solicitações da nossa Comunidade vão para além daquilo que neste momento existe e que é pouco, muito pouco. Exige-se que nas universidades seja criado um departamento para formação de professores de português de modo que a nossa língua se mantenha, ela que é o maior veículo para a promoção das nossas raízes culturais.

Motivar os mais novos - poucos estão motivados - é tarefa das famílias, dos professores e dos dirigentes das mais que muitas associações culturais, religiosas, recreativas e desportivas. É trabalho obrigatória para os líderes da Comunidade. É obra a que a comunicação social de língua portuguesa tem que ser sensível.

Todos sabemos que, se o Governo Português não tiver um particular empenho nesta área, pouco poderá ser feito. Portugal terá de garantir, junto do Canadá, que o ensino da língua portuguesa continue a ser apoiado e não desapareça. A conjugação de esforços dos dois governos é fundamental. E o Governo dos Açores não poderá esquecer a fortíssima presença de açorianos em terras do Canadá não só no contributo que também tem de dar à preservação da língua portuguesa, como da cultura açoriana. Existem apoios, há que intensificá-los. Há que divulgá-los. Mas há, também, da parte da Comunidade Açoriana a necessidade de unir esforços para levar a cabo causas comuns. Coisa que não tem existido e que, a nosso ver, dificulta as realizações culturais, impede apoios mais substanciais. Deixar as divisões e bairrismos que se levaram na bagagem, quando se emigrou, é urgente.

Os encontros que mantivemos com o cônsul de Portugal em Toronto, com deputados estaduais e provinciais, com a Mayor de Cambridge e todo o staff da cidade deixaram claro, à Comissão de Política Geral, em quanto apreço é tida a Comunidade Açoriana naquelas paragens. Foi mesmo uma recepção inesquecível, aquela que na Câmara de Cambridge, nos foi proporcionada. Aliás, as associações e clubes de origem portuguesa e sobretudo açoriana da cidade também nos quiseram receber, mostrando as suas realizações — e que grandes elas são! — partilhando também os seus problemas. Para tanto, o empenho do senhor Germano Bairos, emigrado de Santa Maria naquela cidade, cidadão prestigiado, foi fundamental.

O lançamento do jornal "A Diáspora", a que presidimos no dia da nossa chegada ao Canadá, foi bem o sinal — o primeiro nesta nossa visita — que a ligação das comunidades emigradas com as da terra de origem, também através dos órgãos de informação, é importante.

A imprensa já existente e a que vai surgindo tem que ser cada vez mais elo importante nesta cadeia afectuosa que nos une, estejamos onde estivermos.

Aliás, não é só a imprensa de lá, é também a de cá. É a rádio e sobretudo a televisão.

A presença de programas dos Açores na RTP Internacional tem que ser reforçada.

Dessa falta se queixam, há muito, os nossos emigrantes.

Uma particular referência para a manutenção das nossas tradições com destaque para as festas do Espírito Santo, que, um pouco por todas as associações e clubes se vão repetindo anualmente. Participámos de parte das que se realizaram, por altura da nossa visita, na Casa dos Açores em Toronto cujo Presidente, José Ilídio Ferreira, e seus colaboradores nos conduziram e orientaram nas visitas que efectuámos naquela cidade, capital da província do Ontário.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Falar de emigração na Bermuda é referir-nos a uma diáspora "sui generis" que pouco tem a ver com as nossas outras comunidades espalhadas pelo mundo.

A emigração na Bermuda é diferente. Será que se pode chamar emigrante a quem parte da sua terra, se sujeita a um contrato de trabalho por seis meses ou um ano, ainda que quase sempre sucessivamente renovado, sujeito a ser mandado de regresso quando caducar? Esta precariedade no trabalho é-nos referida como um dos grandes problemas que vivem aqueles que optaram por aquela terra. O facto de alguns que daqui partiram, quase só de São Miguel, se terem naturalizado Bermudianos, processo difícil, saliente-se, e de muitos já terem décadas de serviço naquela ilha sempre com contratos de trabalho renovados, acaba por diluir, de algum modo, esta preocupação. Todavia, a nossa gente tem consciência que as medidas de política de trabalho que, a cada tempo, forem tomadas pelas autoridades governamentais podem reacender as preocupações e aumentar o perigo de retorno.

A emigração na Bermuda é diferente. Trata-se duma pequena ilha, com a área da Graciosa, território da Commonwealth para onde, há bastantes anos, começaram a

emigrar micaelenses, imagine-se que idos, os primeiros, da costa leste dos Estados Unidos.

Na Bermuda ganha-se bem. Aqui se pode conseguir um "pé de meia" importante para alicerçar um futuro digno nos Açores, uma vez que o contrato de trabalho venha a caducar.

Na Bermuda, trabalha-se sobretudo no turismo, na construção civil, na jardinagem. E não raros são aqueles que se distinguiram e, hoje, não só são proprietários de empresas de dimensão considerável, mas também ocupam lugares chave nestes diversos ramos empresariais. Sinal evidente que, nesta pequena terra, o espírito empreendedor da nossa gente vingou. Demonstração bastante de que quem quer trabalhar consegue singrar nesta ilha ou adquirir meios para consolidar uma vida em outro lugar.

Esta é uma emigração diferente. Numa ilha que, quer queiramos quer não, fica fora de mão, fica longe das rotas para onde nos costumamos movimentar, não admira que seja uma comunidade que conhecemos menos. Numa pequena ilha, uns poucos milhares de pessoas, são, naturalmente, mais esquecidos pelos que vivem na terra de origem e mesmo dos órgãos de Governo próprio desta Região donde são oriundos.

Da Assembleia Regional dos Açores nunca tinha estado presente qualquer representante na Bermuda desde a instauração da nossa autonomia. Raras têm sido, também, as visitas do Governo Regional e das comunidades artística e científica àquelas paragens.

Comemoram-se neste ano os 150 anos da presença açoriana na Bermuda. Desde cedo se movimentaram vontades, incluindo as dos Governos da Bermuda e dos Açores e associações culturais representativas. Quando em finais de Junho ali estivemos, a programação destas comemorações estava atrasada, sendo certo que, hoje, deverá estar ultimada pois que a data se aproxima, esperando que nelas haja uma representação condigna da Região Autónoma dos Açores.

A preservação da língua e da cultura portuguesas é, também aqui, na Bermuda, o maior problema da comunidade. À escola, que desenvolve as suas actividades no interior da Associação Cultural Portuguesa, vão-se colocando, ano após ano, mais dificuldades por falta de apoios. Do Governo Português e do Governo Açoriano.

Tanto entendimento entre Governos devia resultar em apoio efectivo para que a língua, aqui, não se perca e para que o esforço de pais e membros da Associação Cultural Portuguesa da Bermuda não seja em vão. Vimos nestes responsáveis algum desespero por não conseguirem fazer mais.

As notícias da Região não chegam ou chegam tarde, desactualizados os jornais, pela distância. Os programas de televisão que chegam dos Açores são poucos e há períodos em que nada se vê. Disto se ressentem também a divulgação da nossa cultura. Poucos grupos dos Açores se deslocam à Bermuda. Os apoios existentes aos grupos culturais são desconhecidos. Andamos todos de costas muito voltadas.

Exemplo de algum abandono a que está votada esta comunidade é o vice-consulado de Portugal em Hamilton dotado de uma vice-cônsul e de uma funcionária, e com reduzidos meios para prestar os serviços que se impõem e para os necessários contactos com as autoridades Bermudianas. Situação a rever com urgência, e ao cuidado do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Vontade de divulgar o que os Açores têm de melhor no campo cultural não falta. A Galeria Nacional da Bermuda promoveu, recentemente, uma exposição de artistas açorianos, com larga repercussão na ilha. Bastará falar em Domingos Rebelo ou Canto da Maia, Tomás Vieira ou José Nuno da Câmara Pereira, para vermos o nível que tal exposição atingiu. Os responsáveis da Galeria Nacional quiseram que os deputados açorianos visionassem antecipadamente aquilo que seria a exposição, exibindo um vídeo com as principais obras e autores. Fizeram-no com orgulho, orgulho de quem está habituado a expor artistas de renome mundial.

Esta estadia na Bermuda, para além da importância do contacto com as nossas associações de emigrantes — o clube Vasco da Gama onde tivemos oportunidade de participar na recepção do Dia de Portugal, propositadamente adiada para coincidir com a nossa visita e a que estiveram presentes, para além de destacados membros da Comunidade emigrante, o Governador da ilha, a Primeira Ministra e alguns membros do Governo Bermudiano; a Associação Cultural Portuguesa que integra a Escola Portuguesa e mantém dois grupos folclóricos (de jovens e de adultos); o Conselho Pastoral mais dedicado à actividade socio-religiosa, mas também com preocupações artísticas e de ocupação dos tempos livres das pessoas — teve uma vertente

institucional que importa salientar. Por isso, nos encontros que mantivemos com o Governador no Palácio Residencial, com a Primeira Ministra na sede do Governo, com a Ministra do Trabalho no seu gabinete, com a líder da Oposição nas instalações que lhe estão reservadas bem junto às do Governo, com o Speaker na sede do Parlamento e com o Mayor de Hamilton na Câmara Municipal, a delegação foi chefiada pelo vice-Presidente da Assembleia, Dr. Alvarino Pinheiro, que, juntamente com os membros da Comissão de Política Geral, soube ser mensageiro da nossa Região e intérprete dos sentimentos dos nossos conterrâneos naquelas paragens. De todos, recebemos testemunhos do maior apreço pelo trabalho dos açorianos na Bermuda. O desejo de comemorar, condignamente, em 4 de Novembro de 1999 — daqui a pouco mais de uma semana — os 150 anos de presença portuguesa na Bermuda é disso testemunho inequívoco.

Toda esta visita, não fora o empenho dum açor-bermudiano, o arquitecto Luís Bernardo, conhecedor como poucos da sociedade que nos foi dado visitar neste curto mas gratificante momento, não teria tido tão bons resultados. Os seus conhecimentos, bem como o respeito e consideração que a comunidade emigrante e os responsáveis governamentais da ilha têm por ele, foram decisivos.

Desta e das intervenções que se seguirão informaremos as associações representativas das comunidades visitadas.

É esta a primeira reunião plenária da Assembleia após a nossa deslocação, pelo que, só agora, há oportunidade de divulgar tudo isto e o mais que se verá.

Aliás, deste extracto desta Sessão e por autorização do Sr. Presidente da Assembleia, será elaborada uma separata, um opúsculo, daí as fotografias que alguns sempre perguntam por que é que estão sendo tiradas. Elas farão parte desse opúsculo e serão enviadas para as comunidades que nós visitámos, para serem o testemunho que os problemas que nos foram trazidos, não foram esquecidos.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PSD, PP, PCP e dos Srs. Deputados do Partido Socialista, João Carlos Macedo e Fernanda Mendes)

Presidente: Está aberta a discussão.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A intervenção que o Sr. Presidente da Comissão de Política Geral, Deputado Manuel Azevedo, acabou de proferir é, por si só, uma excelente síntese da visita efectuada às comunidades açorianas da área de Toronto e de Cambridge, no Canadá, e da Bermuda.

No entanto, gostaríamos de dar algum desenvolvimento, se assim permitem, a certos aspectos que mais nos sensibilizaram nesta visita.

Desde logo, e em primeiro lugar, o gosto e a honra que sentimos quando constatámos o enorme respeito e consideração que as nossas comunidades e os seus elementos merecem por parte das respectivas entidades locais e governamentais.

Como aqui foi referido, muitas das manifestações que ocorreram ficam indelevelmente gravadas na memória de quem teve a honra de integrar um grupo de representantes do povo dos Açores.

Aliás, em abono da verdade e do que sentimos, o mesmo deve ser dito relativamente a outras deputações do Parlamento dos Açores que, ao longo dos anos, têm vindo a contactar com as nossas comunidades.

Hoje, estamos a tratar desta visita mais recente.

É impressionante, para qualquer um de nós, entrar no Parlamento da Bermuda e na galeria dos retratos dos Presidentes do Parlamento daquela terra, o último que lá está, ser um açoriano, alguém que partiu de São Miguel — de lá partiram os seus familiares — de nome Ernesto do Couto, figura de grande prestígio, obviamente, naquela comunidade e que nos falou de alguns companheiros nossos que aqui estão.

A primeira pergunta que me fez foi como é que estava Madruga da Costa, porque quando o Sr. Deputado Madruga da Costa no exercício das funções, presumo, de Presidente desta Assembleia, julgo que teve a oportunidade de, com Ernesto do Couto, conviver.

O Sr. Ernesto do Couto costuma vir frequentemente à nossa Região Autónoma e dava-me conta de que este ano não podia vir, porque ia com a sua família ao Palácio

de Buckingham receber uma das mais elevadas condecorações do Governo do Reino Unido.

Portanto, é constatando que esses nossos irmãos singram a todos os títulos nessas comunidades.

Gostaria também de dar ênfase a um papel que nós, representantes do povo dos Açores, também exercemos, e os nossos amigos das comunidades vão desculpar certamente a nossa imodéstia. Eu julgo que é importante aqui referir que nós quando lá vamos prestamos um serviço e, desde logo, um serviço de os fazer notar ainda mais para além daquilo que eles são capazes de fazer por mérito próprio.

Nós constatámos nalgumas dessas visitas que houve casos, no exemplo da Bermuda, em que, pela primeira vez, os mais altos signatários da Bermuda, desde o Sr. Governador até à Primeira Ministra e praticamente todos os seus Ministros, foram, repito, pela primeira vez, ao Clube Vasco da Gama, um dos clubes representativos da comunidade açoriana.

Nós também sentimos a honra, a pretexto da nossa presença e da receptividade que nos foi dada, dos governantes da Bermuda também terem estado presentes num dos clubes mais representativos e em franco convívio com os nossos irmãos da Bermuda.

Uma vez que o tempo também impõe que sejamos breves, ao nível dos casos pontuais, gostaria de salientar aqui que a situação de precariedade à luz da nossa filosofia, relativamente à prestação de serviço, nos casos do trabalho, o facto de vir aqui relevado que há, por parte dos açorianos, na Bermuda, uma permanente ameaça relativamente à sua continuidade naquele território, gostaria de fazer lembrar aqui o contra-ponto, isto é, se calhar, face à filosofia dominante na política daquela ilha,...

Presidente: Sr. Deputado, chamo a sua atenção uma vez que só dispõe de mais um minuto.

O Orador: Termina já, Sr. Presidente.

... o melhor que um trabalhador pode aspirar, é ver, no fim do período, a renovação do seu contrato, porque não há possibilidade realista de conceber outras formas de vínculo numa comunidade com as características da comunidade da Bermuda.

Oxalá que eles continuem, e por muitos anos, a poderem ser escolhidos e não serem preteridos a favor de trabalhadores doutras origens.

Para finalizar, gostaria de dar relevo à necessidade de se resolver um pequeníssimo problema na óptica dos Açores, mas um enorme problema daquelas pessoas da Bermuda, ou seja, o problema da escola, que já aqui foi referido, e o problema da professora.

Se os filhos dos nossos trabalhadores voltarem aos Açores, temos que ter mais uma professora para lhes ministrar o ensino.

Uma vez que eles lá estão e são trabalhadores, não são emigrantes, é fundamental garantir que não sejam os pais dos alunos a suportar o custo de uma professora em risco de continuidade.

Importa, como já se falou nesta Casa, que o Governo Regional ajude. É uma solução, uma pequena solução na óptica dos grandes problemas que temos na educação dos Açores e, sobretudo, que apoie também na parte material, nos livros e outros meios de acção educativa, porque realmente estamos perante uma situação que, com boa vontade, se resolve.

Valeu também a pena termos ido acompanhados de alguma comunicação social.

É com prazer que concluo que, desde que a Comissão e a delegação foram à Bermuda, a RTP-Açores já fez mais programas sobre a Bermuda do que aqueles que teria feito eventualmente durante todos os anos que antecederam a ida dessa comissão.

Mais que não fosse por isso, foi importante que a RTP colhesse quilómetros de imagens para agora, a pretexto de diversas situações, mostrar ao povo dos Açores.

Finalmente, que a RTP satisfaça o grande desejo das nossas comunidades, ou seja, aproveite o instrumento chamado RTP-Internacional, e faça injectar nesse canal, muito material, que felizmente existe nos Açores, para satisfação dos nossos emigrantes e das nossas comunidades.

Elas têm um paralelo muito simples. É triste ouvirmos que desejariam, apenas que os Açores entrassem na RTP-Internacional com o mesmo volume de informação que a RTP-Madeira entra.

O que eles pedem não é nada de especial, é apenas que os Açores consigam ter aquilo que a Madeira já tem.

É um pequeno problema. Saibam as pessoas resolvê-lo.

Muito obrigado.

Vozes das bancadas do PP e PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da Câmara)

Presidente: O Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais pediu a palavra, mas de acordo com o nosso Regimento, este tipo de relatório só é debatido entre os Grupos Parlamentares.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Depois do trabalho apresentado pelo Sr. Presidente da Comissão e depois daquilo que foi dito pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, quase tudo foi dito em relação àquilo que foi possível a Comissão constatar nas nossas comunidades emigrantes que visitaram.

No entanto, gostaria apenas de dizer duas ou três coisas muito rápidas e simples.

A primeira, para dizer que, para mim, quanto melhor conhecermos a nossa comunidade da diáspora, melhor compreendemos a necessidade desta Assembleia estreitar, cada vez mais, os laços que devem existir entre os emigrantes açorianos e aqueles que aqui, na Região, representam o povo de todas as nossas ilhas.

Efectivamente, as nossas passagens por esta comunidade, leva-nos a compreender, cada vez melhor, os seus problemas e o anseio que têm em contactar com aqueles que representam o povo da Região Autónoma dos Açores.

Por isso mesmo, nós penamos que, cada vez mais, deve haver, da parte da Assembleia, uma pré-disposição, de podermos contactar com a nossa comunidade emigrante.

Já aqui foram referidos os aspectos que nos foram colocados. No entanto, eu gostaria de realçar um, ou seja, a obrigação que o nosso País e esta Região têm, em relação ao ensino da língua portuguesa, quer na comunidade canadiana, quer na comunidade das Bermudas.

Efectivamente, há dois aspectos que penso que temos que ter em conta:

Por um lado, a necessidade de, junto do Governo da República, por um lado, e, por outro, em todos os contactos governamentais em relação à comunidade e aos estados que recebem os nossos emigrantes, se defender que nas escolas secundárias, quer no Canadá, quer nas Bermudas e Estados Unidos, haja a possibilidade de haver a opção do português.

Esta é uma realidade que existe num ou noutra local, muito raro. É uma aspiração de muitos dos nossos emigrantes, é uma possibilidade que estamos convencidos que é possível, mas que infelizmente ainda não contempla um elevado número de escolas do Canadá, da América ou das Bermudas.

Efectivamente, nós pensamos que é possível fazer um esforço grande no sentido de nesses lugares, as escolas poderem oferecer a língua portuguesa aos nossos emigrantes.

Por outro lado, há um outro aspecto que já foi referido pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, isto é, o ensino da língua portuguesa em instituições de emigrantes, em que os professores possam ser pagos pela Região Autónoma dos Açores.

É confrangedor ver-se, como vimos nas Bermudas, que são os pais das crianças que pagam o professor para que eles tenham possibilidade de aprender a falar, a ler e a escrever o português.

De facto, é um esforço que, em nosso entender, aqueles açorianos que nessas comunidades vivem, merecem que seja feito por eles.

Também há que pensar que, em relação às Bermudas, cumpre fundamentalmente, em nosso entender, à Região, resolver a situação, porque lá vivem, praticamente, apenas açorianos.

A nossa comunidade é constituída por açorianos e de um modo especial por pessoas provenientes da Ilha de São Miguel.

Por isso mesmo, não acreditamos, sinceramente, que haja da parte das entidades nacionais o esforço sentido e exigido de resolver a situação do ensino da língua portuguesa àquelas pessoas.

Isso compete, em nosso entender, à Região Autónoma dos Açores, porque, por um lado, a grande maioria deles continuam a ser açorianos, não têm outra nacionalidade; por outro lado, em qualquer altura, têm o direito e até muitas vezes a necessidade, de

voltar à Região Autónoma dos Açores e, por fim, e julgo que foi dito pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, se eles em vez de estarem lá, estivessem cá, tínhamos que ter os professores para ensinar aquelas crianças.

Sendo assim, há que fazer esse esforço e julgo que o mesmo é um dever que nós, Região Autónoma dos Açores, temos para com aquelas pessoas, por aqueles açorianos que lá vivem e que lá trabalham.

Em relação ainda ao ensino, pensamos que é possível estimular o intercâmbio entre escolas de lá, e escolas de cá, entre universidades de lá e universidades de cá.

Foi-nos afirmado, ao nível de estudantes da universidade, que já teria havido alguma experiência nesse sentido e eu penso que isto pode ser estimulado, pode ser aumentado e pode haver um intercâmbio muito grande ao nível das nossas escolas — quando refiro escolas, refiro-me às escolas secundárias e à própria universidade da Região— e as escolas correspondentes das comunidades emigrantes, escolas oficiais e privadas, onde existem muitos e muitos açorianos que frequentam essas escolas e que têm necessidade de aperfeiçoar a língua a escrita portuguesa.

Outro aspecto que julgo que poderia ser encarado, era o intercâmbio desportivo e cultural entre a Região e a comunidade da diáspora. Efectivamente, todos nós passámos por dezenas de clubes desportivos, recreativos e culturais. Nós entendemos que poderia haver um grande esforço no sentido de aumentar cada vez mais o intercâmbio.

Não estamos a afirmar que não tenha havido ou que não existe intercâmbio. O que estamos a afirmar é que entendemos que esse intercâmbio deve ser incentivado, aumentado e estimulado, porque só assim é possível que os açorianos que lá vivem se sintam mais próximos de nós e sintam melhor a realidade que é a da sua e da nossa terra.

Finalmente, e já aqui também foi referido, a representação portuguesa, nas Bermudas, deixa muito a desejar.

Presidente: Sr. Deputado, eu peço que termine, porque o seu tempo está a esgotar.

O Orador: Eu já termino, Sr. Presidente.

E deixa muito a desejar, porque, também como foi referido, existe um vice-cônsul e uma funcionária numa terra onde vivem alguns milhares de portugueses e açorianos.

Todos nos diziam que essa representação portuguesa não tinha meios, fosse para o que fosse. Poderia até citar alguns aspectos quase ridículos, mas escuso-me de citar, porque penso que aqui, a responsabilidade, fundamentalmente, tem que ser do Governo Regional no sentido de convencer o Ministério dos Negócios Estrangeiros e o Governo da República de que, efectivamente, aqueles açorianos que lá estão, merecem uma representação portuguesa ao nível do número de emigrantes que lá temos, das condições e da capacidade desses emigrantes e da projecção dos mesmos, porque existe, nesse meio, da parte dos nossos emigrantes, muitos deles com uma capacidade de vida e com uma capacidade até de admiração por parte dos habitantes daquelas terras que, de facto, merecem ser considerados com o apreço que a capacidade de trabalho e de vivência deles, hoje, merece.

Disse.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Máxima simplicidade e não discursos mais ou menos rebuscados de retórica, quantas vezes vazia de conteúdo, é assim que queremos tratar hoje aqui nesta Assembleia democrática — porque representação plural de todos os Açorianos-eleitores residentes nestas nove ilhas da nossa Região Autónoma — aquele que foi o último Encontro entre os Deputados da Comissão de Política Geral com a nossa Comunidade Açoriana da Diáspora, no Canadá e na Bermuda. Infelizmente, Srs. Deputados, ainda não se vislumbra o dia em que, também nesta Casa terão assento, Deputados eleitos pelas nossas Comunidades da diáspora.

Que não venha longe esse dia, são os nossos sinceros votos.

A nossa primeira nota dessa viagem de trabalho e de saudade não pode deixar de ser a afirmação da nossa eterna gratidão, pela maneira cordial, requintada, afável e ao mesmo tempo fidalga, como fomos recebidos, seja em Toronto ou Cambridge no

Canadá e, principalmente, sem menosprezo por nenhuma das outras, na Bermuda. Muito obrigado a todos sem excepção.

Pela primeira vez na história da Autonomia dos Açores, já lá vão 23 anos, Deputados desta Assembleia contactaram a nossa Comunidade de Cambridge, no Canadá, e a Comunidade Açoriana da Bermuda. Esta Colónia Britânica, que disfruta duma vida política, económica e fiscal, completamente autónoma da nação inglesa, com instituições democráticas sólidas onde sobressai, como centro da vida política, um parlamento com quase 400 anos, comemora neste ano, com enorme entusiasmo, designadamente com o apoio logístico e financeiro do próprio Governo da Bermuda, o 150º (centésimo quinquagésimo) aniversário da chegada dos primeiros emigrantes portugueses, sendo que hoje, sejam já todos praticamente só açorianos. Aliás, o Governador (representante da soberania britânica), o Governo da Bermuda, o Magistério Público, enfim, as mais altas entidades bermudianas, evidenciam com entusiasmo, o alto conceito sócio-humano que nutrem pela nossa comunidade açoriana ali residente, ao ponto de termos sido recebidos, como já aqui foi referido, em reuniões de trabalho pelo Sr. Governador, Sra. Primeira Ministra, Sr. Presidente do Parlamento (Partido Trabalhista), Sra. Ministra do Trabalho, Sra. Líder da oposição (Partido Conservador) e por toda a Vereação da Cidade-Capital — Hamilton. De referir igualmente, que todas estas entidades estiveram presentes, algumas delas pela primeira vez, na recepção-convívio com que nos brindou a Comunidade Açoriana e que teve lugar naquele que é o expoente máximo da açorianidade na Bermuda, o Clube Vasco da Gama, altura em que se assinalou também o *Dia de Camões e das Comunidades*.

No entanto, Sras. e Srs. Deputados, à parte estas referências à forma simpática como nos receberam, fica-nos a profunda mágoa e uma sensação frustrante, quase de impotência, por não podermos resolver de imediato a maior causa da instabilidade sócio-profissional dos nossos conterrâneos ali emigrados. É que, apesar do Acordo celebrado entre o Governo da Bermuda e o Governo da República Portuguesa, em 1982, a situação de contratação laboral dos nossos emigrantes na Bermuda é, sem nenhuma dúvida, a mais instável de todos os países de acolhimento de emigração açoriana que conhecemos. Ainda hoje não se consegue senão um contrato anual,

renovável, com toda a carga de instabilidade e de incerteza que acarreta e que se faz sentir de modo negativo na vida familiar dos nossos concidadãos, onde avulta, desde logo, a necessidade imperiosa dos seus filhos em idade escolar, como aliás constava, embora em termos vagos, no Artº. 19º. desse acordo, poderem ter acesso ao ensino básico da língua portuguesa, para que, numa situação de não renovação do contrato de trabalho de seus pais, tendo como consequência o inevitável regresso aos Açores, essas crianças não sofram novo trauma por não poderem acompanhar o ritmo de aprendizagem dos seus novos colegas e, tudo isto, só porque não tiveram acesso ao ensino básico da língua portuguesa, na Bermuda. Não fora a meritória acção, neste domínio, da Associação Cultural Portuguesa que assumiu, sem qualquer garantia de apoio financeiro contractualizado, os custos do funcionamento — instalações e professora — duma aula diária do ensino básico de língua portuguesa, aos filhos dos nossos emigrantes e a situação seria muito mais grave.

Cabe aqui referir, em abono do actual Governo Regional, que a Sra. Directora Regional das Comunidades, em recente deslocação à Bermuda acompanhada da Profª. Dª. Emília Mendonça, manteve já contactos com o Ministro da Educação da Bermuda e recebeu a promessa de que o Governo criaria a aula de português se o número de alunos o justificasse. É pouco, mas já é um começo.

Por outro lado, não pode manter-se a incerteza, por parte da Associação Cultural Portuguesa, quanto ao efectivo financiamento de parte dos custos com a sua aula de língua portuguesa, pelo que, estamos certos de que a Direcção Regional das Comunidades não deixará de continuar a pressionar a Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, para que se encontre uma solução satisfatória, já que esta questão está no âmbito do Acordo entre os Governos da República e da Bermuda. Adiantamos mesmo que, de 3 a 7 de Novembro, o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais estará na Bermuda, em representação do Sr. Presidente do Governo Regional e de todo o Governo dos Açores, para participar na abertura da exposição sobre arte açoriana e com certeza que se debruçará sobre esta melindrosa questão.

Igualmente, entre os dias 12 e 14 de Novembro próximo, estará também na Bermuda o Sr. Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, participando nas

comemorações dos 150 anos da primeira emigração portuguesa, pelo que esperamos que a questão da insuficiência de meios do Vice-Consulado da Bermuda, seja solucionada e que este assunto (ensino básico do português na Bermuda) tenha alguma evolução já que, a Direcção Regional das Comunidades, do Governo dos Açores, enviou-lhe recentemente à Secretaria de Estado da Educação, um circunstanciado Relatório, sobre essa questão. Desse Relatório e para que fique registado no Diário desta sessão, respigamos o seguinte, e citamos:

"Medidas propostas pela Coordenadora de Ensino nos E.U.A. e pela Directora Regional das Comunidades:

a) Conceder ao professor desta Escola um estatuto com duplas funções: professor de apoio e animador cultural. Caberia ao D.E.B/N.E.P.E., caso merecesse concordância superior, a responsabilidade financeira relativa ao professor de apoio e à D.R.C.(Direcção Regional da Cultura), mediante protocolo com as organizações comunitárias, caberia o suporte financeiro para a animação cultural.

*Este modelo só poderá ter viabilidade se as três associações comunitárias assumirem um novo estatuto da **Escola Portuguesa da Bermuda.***

Benefícios da actuação de um animador cultural seriam rapidamente visíveis para a Comunidade que, pelo seu grau cultural e dificuldade de expressão escrita, necessita de muito apoio na apresentação dos seus projectos e no pretendido relacionamento com o seu País e sua Região.

b) Facultar materiais pedagógicos e informativos sobre a cultura de origem dos seus pais;

c) Apoiar os alunos que se distingam ao longo dos anos lectivos ou em concursos com prémios-estímulo (da responsabilidade da D.R.C.) ao conhecimento da Língua e Cultura Portuguesa da Bermuda.

d) Foi igualmente avançada a sugestão de criação do Instituto de Língua e cultura Portuguesa da Bermuda." (fim de citação)

De assinalar ainda, Sras. e Srs. Deputados, a título de incentivo, a acção meritória do Conselho Pastoral da Missão Católica Portuguesa de Santa Teresa, na Bermuda, destacando-se, entre as suas inúmeras acções, a sua Filarmónica, actividade musical esta de raiz genuinamente açoriana, já que tem como principal finalidade, abrilhantar

as festividades religiosas em honra dos seus Santos padroeiros e do Divino Espírito Santo. A necessidade de mais programação açoriana através da RTP-Internacional, como acontece com a Madeira, foi uma das solicitações feitas com maior empenho por esta entidade e que aqui deixamos como alerta à RTP-Açores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Depois da intervenção sintetizada do Sr. Deputado Manuel Azevedo, Presidente da Comissão que se deslocou ao Canadá e Bermuda, e dos outros senhores deputados que me antecederam, é também nossa intenção — em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista — pôr em destaque alguns aspectos dos mais significativos, com os quais tivemos oportunidade de lidar de perto, da que é hoje a realidade sócio-laboral das nossos gentes que vivem naquelas paragens, como acima realçámos.

Não queremos também deixar de destacar o acolhimento recebido e todo o apoio logístico e de amizade por parte da direcção da Casa dos Açores de Toronto e a presença em reuniões e contactos de trabalho que mantivemos com o Cônsul de Portugal em Toronto, Deputado Provincial do Partido Conservador Dr. Carlos Faria, dos Presidentes dos Clubes: *Graciosa*, *Asas do Atlântico* e *Vitória de Setúbal*; Associação de Empresários e Câmara do Comércio; Jovens Líderes das Associações de Estudantes Portugueses das Universidades de York e Toronto, acompanhados da Dr^a. Cristina Ferreira, Delegada Escolar (eleita) do Governo Provincial, que nos colocou com alguma preocupação, a eventual recusa, do actual Governo Provincial (Conservador), em continuar a financiar o ensino da língua portuguesa, como até aqui vinha acontecendo, com o Governo do Partido Trabalhista. Aliás, já havíamos sido alertados para esta questão pelo Sr. Cônsul e pela Sra. Directora Regional das Comunidades, em reunião prévia que manteve com deputados do PS, PSD e PCP e nesse sentido colocámos directamente este assunto ao Deputado Carlos Faria, que nos prometeu empenhar-se na manutenção do financiamento do ensino do português, por parte do actual Governo Provincial.

Por último, deixamos aqui registado todo o nosso apreço à Comunidade de Cambridge - 40.000 açorianos entre os quais se destacam os marienses, picoenses, terceirenses e micalenses. A magnífica recepção com que nos agraciaram na Câmara Municipal, com a digníssima presença da Sra^a. Mayor e de toda a vereação

municipal, líderes de pequenas Vilas da região, Deputado Provincial e os ilustres representantes dos diversos organismos da nossa comunidade açoriana, numa notável organização do nosso conterrâneo e distinto mariense Sr. Germano Bairos, complementada com a visita às sedes sociais das duas Sociedades Filarmónicas, Clube Oriental e Igreja Portuguesa, proporcionaram-nos uma vivência única de açorianidade num dia inesquecível.

Sras. e Srs. Deputados:

Estamos convictos de que a representação parlamentar açoriana cumpriu os seus objectivos. Para tal muito contribuiu a cobertura jornalística da RTP-Açores, ao Canal TV Português e Rádio de Toronto e aos dois canais TV da Bermuda.

Vimos mais enriquecidos e deixámos uma réstia de esperança consubstanciada numa nova maneira dos órgãos de Governo próprio da Região Autónoma dos Açores, encararem e equacionarem soluções novas, para velhos problemas das nossas comunidades.

Nalgumas comunidades emigrantes, onde se misturam, de modo saudável, culturas, usos e costumes de portugueses alentejanos, algarvios ou açorianos, é perceptível a dificuldade de intervenção, no imediato, numa forma autónoma e não perdendo a eficácia governativa, seja por parte da nossa Direcção Regional das Comunidades Açorianas, relativamente a núcleos de emigrantes acima de tudo açorianos, ou por outro lado, na caso da Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, em relação ao todo restante dos nossos concidadãos, oriundos de outras zonas do país. Por isso e em prol duma sã e profícua conjugação de esforços políticos e de meios financeiros, preconizamos uma eficaz política de cooperação entre as duas estruturas do Governo da República e do Governo da Região Autónoma dos Açores.

Assim sendo, é nossa plena convicção de que todos ficamos a ganhar, principalmente os nossos irmãos açorianos da diáspora.

Disse.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Bairos.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Depois das várias intervenções que foram feitas até ao momento, resta pouco para dizer em relação às visitas que efectuámos ao Canadá e à Bermuda.

As questões que foram levantadas já foram especificadas pelos vários grupos parlamentares e pelo relatório da Comissão, resta-me apenas referir dois eventos de grande importância, um deles a decorrer neste momento na Bermuda e um outro que estava marcado para 4 de Novembro e que de facto irão projectar a Região Autónoma dos Açores e por conseguinte irão projectar a nossa comunidade radicada na Bermuda.

A primeira aconteceu no dia 30 de Setembro, a "Exposição de Arte Contemporânea de Artistas Açorianos", onde estão cem obras que representam o trabalho de 34 artistas açorianos. O dia 30, dia da abertura oficial, foi uma abertura mais restrita para convidados e para entidades locais. Uma representação da Região Autónoma dos Açores, que era composta pelo Director e esposa do Museu Carlos Machado e pelos seus pintores, José Nuno da Câmara Pereira e Tomás Vieira.

No dia 1 de Outubro, deu-se a abertura ao público desta exposição e de facto as informações que recebemos até ao momento, o grande impacto que esta exposição tem tido nas Bermudas, tem projectado — e repito mais uma vez — a Região Autónoma dos Açores, os nossos artistas e as pessoas passaram a reconhecer uma faceta que não era conhecida nas Bermudas. Geralmente os açorianos eram reconhecidos como uma força de trabalho, neste momento são reconhecidos porque têm uma cultura, têm artistas, têm arte, enfim é uma Região que não exporta apenas mão-de-obra.

Posso também informar que no dia de abertura foi difícil à Galeria Nacional, conseguir que toda a gente que apareceu nesse primeiro dia pudesse ver as obras com a calma necessária, porque a afluência foi tal — e os números que nos enviaram foi de entre oitocentas a mil pessoas — que criou grande dificuldade dentro da própria Galeria, para uma visita a estas obras de arte com o tempo necessário, que geralmente um evento desta natureza necessita.

Pode-se informar também que esta exposição vai estar até Fevereiro, vão passar por esta exposição todos os alunos de todas as escolas da Bermuda e da própria Universidade, onde de facto espero que ela seja visitada e vista por milhares e milhares de pessoas.

Outra situação, que neste momento é um evento que também damos alguma importância, e que a própria comunidade da Bermuda está a trabalhar a algum tempo, é a Comemoração dos 150 anos da chegada dos primeiros portugueses à Bermuda.

Nós, na altura, reunimos com as diversas associações locais, tentámos tomar conhecimento da organização que estava a ser feita, para que estes 150 anos tivessem a dimensão que a efeméride pede.

Na altura, o próprio programa não estava completamente estabelecido, haviam várias contactos em que o Consulado, o Governo da República, o Governo Regional e a Região Autónoma dos Açores, para a deslocação de vários grupos culturais às Bermudas. Neste momento não temos conhecimento ainda do programa definitivo, embora esteja convencido que ele está feito.

Esperemos e é um desejo que deixo aqui, que de facto estes 150 anos tenham uma presença da Região Autónoma dos Açores, condigna para uma efeméride desta natureza e que os órgãos próprios de Governo da Região Autónoma dos Açores, também marquem presença junto da nossa comunidade, porque isto só reverte a favor deles e aumenta o seu peso que possam ter no futuro, em termos de negociações e situações que tenham de resolver, principalmente aquelas que foram referidas aqui e que se prendem com a área do trabalho. São questões que os nossas emigrantes sentem no dia-a-dia, estão sempre naquela situação de a qualquer momento receberem a carta a dizer que o contrato de trabalho acabou e que têm de regressar à sua terra. Esta talvez é a questão que mais preocupa a nossa comunidade.

Quero referir aqui uma segunda questão, que também os preocupa, que é a questão da língua portuguesa.

Embora tenha sido aqui referido que era a área da aprendizagem, não é só a área da aprendizagem, é a área da escolaridade, porque dá-se a situação de emigrantes que estão lá dez, onze, quinze anos, quando têm de regressar à sua terra de origem, os filhos que vêm com eles, não falam absolutamente nada o português, e esta

subintegração no país de origem, neste caso na Região Autónoma dos Açores, será muito difícil e obrigará crianças que com já alguma idade tenham de começar a aprender uma língua.

Portanto, é simplesmente sobre estes dois eventos importantes, que estão a acontecer neste momento, que queria deixar aqui o meu testemunho, na passagem pelas Bermudas e pelo Canadá.

Muito obrigado.

Presidente: Não havendo mais inscrições dou por encerrado este primeiro ponto da ordem do dia.

Passemos ao segundo ponto, que diz respeito a uma **Resolução** e a um **Relatório da Comissão de Economia sobre "Licenças de Pesca"**;

Vamos seguir a seguinte metodologia, de acordo com aquilo que ficou combinado na conferência: a Comissão tem 15 minutos para a apresentar o relatório e a proposta; os Grupos Parlamentares do PS e PSD têm 10 minutos; o PP 7 e o PCP 5 minutos.

Portanto, discutimos simultaneamente a Resolução e o Relatório e depois votamos no fim a Proposta de Resolução.

Para apresentar tem a palavra o Sr. Deputado José Élio Valadão.

Deputado José Élio Valadão (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Passaria então à leitura do **Relatório da Comissão de Economia relativo à Resolução sobre "Licenças de Pesca"**.

A Comissão de Economia, reuniu nos dias 14 e 15 de Outubro na Delegação da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, em Ponta Delgada, para discutir e analisar a Resolução sobre licenças de pesca, na sequência do estabelecido no seu ponto 2, que encarrega a Comissão de estudar toda a problemática suscitada pela publicação da Portaria nº 27/98, de 9 de Julho.

A Resolução aprovada recomenda ao Governo Regional, no seu ponto 1, que suspenda de imediato os efeitos da Portaria nº 27/98, de 9 de Julho da SRAPA e conceda licenças de pesca a todos os pescadores a quem foram recusadas em função das exigências nela contidas e, no seu ponto 2, encarrega a Comissão de Economia de estudar toda a problemática suscitada pela publicação da referida Portaria e de

elaborar um relatório que habilite a Assembleia Legislativa a avaliar da necessidade de serem eventualmente tomadas medidas no âmbito legislativo.

A Portaria nº 27/98, de 9 de Julho, da Secretaria Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (SRAPA) veio alterar o nº3 do artigo 12º da Portaria nº 67-C/89, de 26 de Setembro da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas, elaborada por seu turno ao abrigo do disposto no Decreto Legislativo Regional nº 15/98/A relativo à regulamentação do exercício de pesca, que aplica à Região Autónoma dos Açores o Decreto Lei nº 278/87, de 7 de Julho.

As alterações introduzidas pela Portaria nº 27/98, de 9 de Julho, da SRAPA, criaram um novo quadro de exigências para a atribuição das licenças de pesca previstas na alínea b) do nº 4 do Decreto-Lei nº 278/87, de 7 de Julho, que teriam como consequência imediata a não concessão de licença de pesca a inúmeras embarcações sediadas nos mais diversos portos da Região.

Na avaliação desta questão a Comissão de Economia entendeu ouvir as partes interessadas e responsáveis por esta matéria de modo a poder avaliar a dimensão, a importância e os impactos das alterações introduzidas na legislação, com o objectivo de recomendar eventuais medidas que atenuem os efeitos imediatos das alterações efectuadas, no quotidiano dos pescadores.

Assim, a Comissão de Economia ouviu o senhor Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente e a Associação de Pescadores do Pico.

1. AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL DA AGRICULTURA PESCAS E AMBIENTE

No dia 14 de Maio de 1999 a Comissão de Economia procedeu à Audição do senhor Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente, na delegação da Assembleia Legislativa Regional dos Açores em Ponta Delgada, a propósito da Resolução sobre Licenças de Pescas.

O senhor Secretário Regional que se fez acompanhar pelo senhor Director Regional das Pescas, salientou que em seu entender a nova Portaria surge da necessidade, entre outras coisas, de combater o problema da fuga à lota, já que, a legislação em vigor prevendo a obrigatoriedade do movimento em lota, para obtenção da licença de

pescador profissional, é no entanto um pouco vaga neste aspecto, não definindo um critério objectivo, tal como o previsto na Portaria em causa.

Acrescentou ainda que, em simultâneo, se pretende sensibilizar os pescadores para a necessidade de todo o Pescado passar em lota, condicionando a atribuição de licenças em 1999 a um mínimo de 500 contos de receita obtida em lota no ano anterior. No entender do senhor Secretário esta matéria foi convenientemente publicitada na revista “Mar Azul” que é distribuída a todos os profissionais deste sector.

Um outro objectivo da Portaria, segundo o senhor Secretário Regional, é o de tentar obter uma melhor informação já que um correcto controle das capturas permitir-nos-ia avaliar os recursos, e estabelecer quando necessário, medidas de conservação dos mesmos. Deu como exemplo, o espadarte que é vendido em Vigo (Espanha) e no Continente sem que a Região avalie qual a dimensão das capturas efectuadas no Arquipélago. Assim, supõe-se que as capturas de espadarte na Região, em vez das 200 ou 250 toneladas, devem andar por volta das 500 toneladas, valor este, que é corroborado pelo Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores .

Foi ainda referido pelo senhor Secretário que esta Portaria teve por base uma outra Portaria já em vigor, para a apanha de lapas, que só permite a atribuição de licenças para apanha desta espécie, aos pescadores com um determinado movimento em lota.

O senhor Secretário salientou também, que desde 10 de Maio do corrente ano, foram emitidas 578 licenças e que apenas 31 não foram concedidas, tendo por base a lei em vigor que é nacional e que não permite conceder licença a quem não tem movimentos em lota.

O senhor Secretário também afirmou que a Secretaria Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente está a dar cumprimento à deliberação aprovada recentemente na Assembleia Legislativa Regional no que concerne às licenças de Pescas.

Em sua opinião, o que se fez com a alteração introduzida foi explicitar o critério, em vez de ser o critério discricionário e vago que está na actual legislação, e sugeriu que os benefícios serão superiores aos eventuais custos imediatos, dando mais uma vez como exemplo a ausência de informação em relação ao espadarte, essencial para a manutenção e reforço da quota regional.

Quando confrontado pelo deputado Paulo Valadão sobre a falta de colaboradores na lota das Flores, para proceder à fiscalização, o senhor Director Regional fez saber que são vários os portos que estão com carências várias, designadamente a realização de obras, e a título de exemplo referiu que no Continente existem 15 lotas enquanto nos Açores são quase 50, concluindo com isso, que não é com um grande número de lotas e com muitos funcionários que se resolvem os problemas da fuga à lota.

A finalizar o senhor Secretário alegou que, com as medidas tomadas estamos a defender um Património, estamos a defender os direitos históricos do pescado sendo igualmente útil para a gestão dos nossos recursos marinhos.

Os senhores Deputados fizeram também sentir ao senhor Secretário Regional a sua preocupação pelo facto de existirem alguns pequenos portos que dadas as suas características condicionam o exercício regular da pesca

No fim da reunião foram solicitados alguns elementos designadamente, o número de licenças não emitidas e o número de embarcações com menos e mais de 500 mil escudos declarados em lota.

2. AUDIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE PESCADORES DO PICO

No dia 14 de Julho de 1999, na delegação da Assembleia Legislativa Regional, na Ilha do Pico, a Comissão de Economia reuniu com a Associação de Pescadores do Pico para apreciar as alterações introduzidas na Portaria nº 27/98 que criam um novo quadro de exigências para a atribuição de licenças de pescas.

No entender desta Associação os critérios deveriam ser diferenciados para os vários portos da Região em função da sua dimensão, por exemplo para pequenos portos 250 contos e para os grandes portos 500 contos. Reforçaram a necessidade de maior fiscalização designadamente, às lanchas desportivas que pescam sem as condições exigidas às embarcações de pesca e referiram ainda, a urgência de se fazerem obras nos portos mais pequenos de modo a reforçar a sua segurança.

O responsável da Associação informou os membros da Comissão que esta é uma jovem Associação visto que foi constituída há aproximadamente um ano.

Também referiram que a maioria dos pescadores daquela Ilha vive simultaneamente da terra e do mar de modo a obterem o sustento da sua família, daí que, por um lado

tenham necessidade de licenças de pesca e que por outro tenham pouco movimento em lota.

Na opinião desta Associação, para pôr em prática um mecanismo de licenças de pesca semelhante ao estabelecido na Portaria seria necessário definir e ter em conta os seguintes itens:

1. Classificação dos portos de pesca regionais;
2. A diferença de preços do pescado, existente de lota para lota;
3. O número de pessoas por embarcação;
4. As artes de pesca utilizadas;
5. Implementação gradual das novas condições;
6. Inclusão neste processo, da fiscalização da pesca com lanchas desportivas.

Além disso e noutra âmbito os responsáveis pela Associação aproveitaram para fazer sentir à Comissão que em seu entender o Governo deverá rapidamente introduzir legislação severa, para controlar a captura de lagostas e os cavacos fêmeas, de modo a conservar esta nossa riqueza natural, aumentando as coimas para esse fim de 500 contos para 2.500 contos.

Referiram também a necessidade de se criar na Região uma delegação da Inspeção Geral de Navios, evitando-se deste modo demoras e atrasos na legalização das embarcações.

3. RECOMENDAÇÕES DA COMISSÃO

Como já foi referido anteriormente a Resolução aprovada na ALRA encarregava a Comissão de Economia de estudar toda a problemática suscitada pela publicação da Portaria nº 27/98, de 9 de Julho, e de elaborar um relatório que habilitasse o plenário a avaliar da necessidade de serem eventualmente tomadas medidas no âmbito legislativo.

Assim, a Comissão de Economia propõe que a Assembleia Legislativa Regional recomende que o Governo Regional proceda às seguintes alterações ao nº 3, do artigo 12º da Portaria nº 67-C/89, de 26 de Setembro, com a redacção dada pelo artigo 1º da Portaria nº 27/98, de 9 de Julho:

1. Eliminar da alínea e) o que se refere à obrigatoriedade do registo da embarcação na Conservatória do Registo Comercial, excepto para as embarcações cujos proprietários mantenham dívidas à Região.

2. Eliminar a parte final da alínea f) no que se refere ao seguro dos aprestos.

3. Alterar o valor constante na alínea g), de 500 mil escudos para 250 mil escudos.

E ainda que a A.L.R.A. recomende que para efeitos de concessão de licenças para 1999 e 2000, não sejam prejudicados os pescadores cujos pedidos de licença foram indeferidos, por força das exigências introduzidas pela Portaria nº 27/98, de 9 de Julho, mesmo aqueles que tendo dívidas à Região, não procederam ao registo da embarcação na Conservatória do Registo Comercial.

Ponta Delgada, 15 de Outubro de 1999.

A Comissão de Economia, decidiu por unanimidade votar favoravelmente as recomendações apresentadas e o presente relatório.

Em anexo ao presente relatório seguem os elementos entregues à Comissão.

O Relator, *José Élio Valadão Ventura*

O Presidente, *Augusto António Rua Elavai*

Passaria agora então à leitura da **Proposta de Resolução** apresentada pelos Deputados da Comissão de Economia, que tem o seguinte teor:

- Considerando a Resolução da Assembleia Legislativa Regional nº. 1/99, de 24 de Março;

- Considerando que no seu ponto 2, encarregava a Comissão de Economia de estudar a problemática suscitada pela publicação da Portaria 27/98, de 9 de Julho e de elaborar um relatório que habilitasse a Assembleia Legislativa Regional, a avaliar da necessidade de serem eventualmente tomadas medidas no âmbito legislativo;

- Considerando ainda que a Comissão de Economia, apresentou na Assembleia Legislativa Regional, o relatório solicitado, do qual constavam algumas recomendações ao Governo Regional:

Assim, a Assembleia Legislativa Regional, no uso das suas competências estatutárias e regimentais, resolve:

1 - Recomendar ao Governo Regional que proceda às seguintes alteração ao n.º 3 do artigo 12.º da Portaria 67-C/89, de 26 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pelo artigo 1.º da Portaria n.º 27/98, de 9 de Julho:

a) Eliminar da alínea e) o que se refere à obrigatoriedade do registo da embarcação na Conservatória do Registo Comercial, excepto para as embarcações que os proprietários mantenham dívidas à Região;

b) Eliminar a parte final da alínea e), no que se refere ao seguro dos aprestos;

c) Alterar o valor constante da alínea g) de 500 mil escudos para 250 mil escudos.

2 - Recomendar para efeitos de concessão, de licenças para 1999 e 2000, não sejam prejudicados os pescadores cujos pedidos de licença foram indeferidos por força das exigências introduzidas pela Portaria 27/98, de 9 de Julho, mesmo aqueles que tendo dívidas à Região não procederam ao registo da embarcação no Conservatória do Registo Comercial.

Horta, 26 de Outubro de 1999.

Os Deputados Regionais da Comissão de Economia.

Presidente: Está à discussão esta Proposta de Resolução, bem como o respectivo Relatório.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (Fernando Lopes): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Queria pedir ao Sr. Presidente e ao Sr. Relator da Comissão de Economia, que tivessem em atenção o que está descrito na página 3, parágrafo 4, no que se refere ao exemplo do espadarte.

A referência que foi feita na Comissão, refere-se a factos ocorridos antes da entrada em vigor das quotas de espadarte e não, como é possível depreender daqui, a factos ocorridos actualmente, ou seja, não se está neste momento na Região a ultrapassar a quota de espadarte, tal qual se poderia depreender deste relatório, o que poderá do

ponto de vista do interesse da Região ser nefasto, ao transcrevermos para um documento oficial desta Assembleia, declarações deste tipo.

Estou disponível para fora deste Plenário colaborar com o Sr. Relator, no sentido da correcção ser introduzida.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Augusto Elavai.

Deputado Augusto Elavai (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados , Srs. Membros do Governo:

Apenas para dizer que a informação foi bem vinda, o Relator já tomou em conta essa informação e poderemos eventualmente emendar o Relatório, quando for caso disso.

Queria também informar esta Câmara como surgiu a Proposta de Resolução, que foi por unanimidade aprovada na Comissão de Economia.

Como é sabido e está no Relatório, esta Assembleia decidiu encarregar a Comissão de Economia de fazer um relatório, para eventualmente tomar iniciativas legislativas consequentes à Portaria que a Secretaria Regional da Agricultura e Pescas, publicou.

Esta Portaria tinha umas certas exigência, exigências essas que os pescadores contrariavam de alguma maneira, designadamente no que se refere ao documento em lota que teriam de ter relativamente ao ano anterior, para obter licença de pescas.

Ouvindo o Secretário da Agricultura e ouvindo também uma associação de pescadores, a Comissão chegou à conclusão que — e segundo os pescadores diziam — os 500 contos poderiam ser um valor óptimo para os portos grandes, para aqueles portos em que os pescadores pudessem ir ao mar e tivessem condições de ir ao mar a miúdo, mas que poderia já ser, eventualmente um valor alto, para os portos pequenos, em que os pescadores, dada até a segurança dos portos, não pudessem ir muitas vezes ao mar, esse valor não corresponderia à actividade da pesca nesse ano, portanto haveriam alguns pescadores que seriam prejudicados, porque não teriam actividade nem movimento em lota, desse valor de 500 contos.

Chegou-se a um valor, que segundo a associação de pescadores dizia, estaria entre 200 e 300 contos para os portos pequenos e eventualmente os 500 contos para os portos grandes.

A Comissão de Economia achou por bem introduzir um valor de 250 contos, porque este valor deveria ser introduzido por menor que fosse, para ter um carácter pedagógico.

Eventualmente, em futuras portarias, em futuros anos, este valor pode aumentar, porque uma actividade de 250 contos por ano é um valor que se poderá considerar irrisório. Neste caso considerou-se 250 contos e por unanimidade achámos por bem.

No que se refere ao seguro dos aprestos, segundo nos foi informado, não haveria nenhuma seguradora que fizesse este tipo de seguro, talvez só a Mútua dos Pescadores.

No que se refere ao Registo Comercial, a Comissão teve em conta as dificuldades que os pescadores diziam ter para registar o seu barco. No entanto, também achava que o registo é imprescindível, para que se saiba quem no fundo anda com o barco e quem é o dono do barco, contudo a Comissão estaria na disposição de recomendar ao Governo a eliminação da obrigatoriedade do registo da embarcação.

Pensando melhor, chegou-se à conclusão que haviam pescadores que tinham dívidas e achou-se por bem que, pelo menos para esses, fosse obrigatório o registo da embarcação para que eventualmente, através daí, a Região pudesse ressarcir essas dívidas.

No entanto, no ponto nº. 2 da Resolução, e para que não hajam dúvidas, recomenda-se ao Governo que nos anos 99 e 2000, todas estas exigências cessem ou sejam suspensas e fique só a partir de 2000.

Assim, em 99/2000, os pescadores possam obter a sua licença de pesca e possam exercer a sua actividade.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa.

Deputado Nuno Almeida e Sousa (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para dar algumas achegas a esta matéria, porque parece-me que mais importante do que a Proposta de Resolução que vamos votar, e pela votação que saiu da Comissão será aprovada, há um sentido pedagógico que se deve manter nessa matéria.

Permitam-me que diga três coisas em relação a isto:

No que se refere à alteração da constante da alínea g) da Portaria do Governo, sinceramente e com o devido respeito, 500 contos ou 0 é basicamente a mesma coisa. Duzentos e cinquenta mil escudos de volume de vendas dá direito ao rendimento mínimo garantido.

Não estamos a falar de duzentos e cinquenta mil escudos de rendimento líquido, estamos a falar nessa quantia em volume de vendas. Tomem bem nota disso.

Em relação à questão do seguro e do registo comercial, em primeiro lugar, é preciso termos a noção de que existem seguradoras que fazem esse tipo de seguros e existem seguradoras, nomeadamente a Mútua dos Pescadores como referiu o Sr. Deputado Augusto Elavai , que faz esse tipo de seguro e que faz um desconto percentual nas vendas em lota para salvaguardar o valor do recibo.

Havia aqui, com certeza, um sentido de defesa patrimonial, quer da Região em relação a si própria, quer da Região em relação ao proprietário das embarcações e dos aprestos. Eu passo a explicar:

Em relação ao proprietário, ele fica salvaguardado que se lhe acontecer alguma coisa o seguro paga.

Em relação à Região, ela fica salvaguardada, porque já não vai ter que pagar a esse sinistrado, porque é normalmente o que tem vindo a acontecer, ou seja, sempre que o mar entrar dentro de um porto de pescas dos mais pequenos da nossa Região, ou até mesmo dos grandes, a desgraça é enorme, os barcos ficam partidos e os aprestos vão por água abaixo. Todos nós sabemos como é que isso funciona e a Região acaba por pagar todas essas despesas, acatando com enormes custos com essas desgraças, quando há mecanismos legais para salvaguardar esta situação.

Em relação ao registo comercial, aqui é mais uma questão de salvaguarda do património do próprio empresário.

É verdade que nalguns casos será difícil arranjar declarações dos construtores que permitam fazer o registo das embarcações, porque são embarcações que já têm largos anos de existência, mas também é verdade que, hoje, há mecanismos que substituem essas declarações de construção como o desenhar da embarcação e os registos nas capitánias e delegações marítimas.

Eu acho muito bem que se aprove a Resolução no sentido de resolver a situação em relação à safra de 99, que, por si, já está resolvida por natureza.

Em relação às licenças a conceder para o ano 2000, e uma vez que os requerimentos teriam que ter entrado na Secretaria até 31 de Agosto — eu também sei, talvez os senhores não sabem, que 99,9% dos pedidos não entraram ainda, talvez entrem na primeira quinzena de Janeiro, mas a Secretaria tem dado seguimento a essas matérias, e diga-se em abono da verdade — é bom que se faça a pedagogia de que para a safra do ano 2001 e para a salvaguarda do património, quer das pessoas, quer da Região, essas medidas comecem a ser implementadas e que se faça a pedagogia não só no mar azul, mas em todos os outros painéis que se possam levar por esta Região fora, por forma a que de uma vez por todas se mortalize, pelo menos, aquele bocadinho de nada que há que moralizar nesse sector.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O trabalho desta Comissão que deu azo a este relatório, baseou-se na Proposta de Resolução que foi apresentada nesta Assembleia Regional e que nos dá 90 dias para nos pronunciarmos e ouvirmos alguns dos interessados sobre esta matéria.

Em relação ao que aqui foi dito, e o Sr. Presidente da Comissão já explicou quais foram as razões que nos levaram a esta Proposta e às conclusões do relatório, nada mais teria a acrescentar.

No entanto, há aqui duas ou três questões que penso que são importantes:

Foi falado aqui, e penso que também na comunicação social, que estes 250 contos ou nada, seria a mesma coisa.

É preciso pensarmos de que é que nós estamos a falar, porque não estamos a falar de grandes armadores, nem de pessoas que têm embarcações com grandes capacidades ou instalados em grandes portos.

Deputado Rui Pedro Ávila (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Nós estamos a falar de pequenos pescadores, em pequenos portos e de muitas pessoas que usam estes rendimentos para complemento ao seu rendimento.

Deputado Rui Pedro Ávila (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Se os proibirem deles irem pescar, aí sim, eles vão para o rendimento mínimo...

Deputado Mark Marques (PSD): É o que o Sr. Secretário aconselha!

O Orador: ... e estamos a ter aqui uma medida com alcance social, nesta perspectiva. Em relação aos prejuízos que a Região possa ter por causa dos seguros, foi-nos informado, de facto, que as seguradoras não faziam seguros de aprestos.

Mesmo que o Governo tenha que dar algum dia alguma coisa para que alguém assegure os aprestos, vai ser sempre infinitamente menos do que aquele que dá aos grandes armadores para construírem os grandes barcos. Assim, estamos de novo a fazer política social.

Em relação aos registos comerciais, é importante referir que nós não eliminamos de todo a exigência dos registos comerciais.

O que dizemos, e julgo que deve ser essa a tendência, é que as pessoas possam ter mais algum tempo para o fazer.

Há pessoas com pequenas embarcações de boca aberta que ainda trabalham com elas e que foram construídas em madeira, há alguns anos. A maioria dos construtores já faleceram, os herdeiros não existem e torna-se muito difícil registar, para além dos problemas normais que existem em todas as conservatórias de registo comercial que muitas vezes levam a que isto demore bastante tempo. Assim, estamos a dar alguma margem para que as pessoas possam regularizar as suas situações.

Nesta intervenção, gostaria ainda de chamar a atenção para outro pormenor e que tem a ver, na minha opinião, com algo que configura algum desrespeito por esta Assembleia Regional.

Na Resolução nº. 1/99 que nós aprovámos, dizia-se: "Recomendar ao Governo Regional que suspenda de imediato os efeitos da portaria 27/98, de 9 de Julho, da Secretaria Regional a Agricultura, Pescas e Ambiente, e conceda as licenças de pesca a todos os pescadores a quem elas foram recusadas, em função das exigências nelas contidas". Isto é de 24 de Março.

Uma das exigências, como sabem, era as pessoas terem o registo comercial das embarcações.

Nós, na proposta de recomendação que fizemos, recomendámos ao Governo que não tivesse isso em conta, ou seja, o Governo para cumprir com as directrizes, com as emanações políticas que saíam desta Assembleia, não deveria condicionar, a ninguém, a atribuição de licença por via daquela portaria que tinha publicado e que nós recomendámos que os seus efeitos fossem suspensos.

O que acontece, é aqui que eu quero chegar, configura, na minha opinião, algum desrespeito por aquilo que foi deliberado nesta Assembleia por unanimidade, julgo eu.

Eu tenho aqui um ofício acerca de licença de pesca, que diz o seguinte,(eu não vou referir o nome da pessoa):

"Na sequência da vossa comunicação acima referida, encarrega-me o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente, de informar V. Exa. que em presença de uma dívida de 1.287 contos, se torne obrigatório o registo de embarcação.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe de Gabinete"

Secretário Regional da Agricultura Pescas e Ambiente (*Fernando Lopes*): Exacto!

O Orador: Este ofício vem datado de 30 de Setembro.

Isto que aqui está configura que a Secretaria está a fazer determinações que vão contra aquilo que nós deliberámos e recomendámos nesta Assembleia Regional.

Eu penso que isto, de algum forma, é um desrespeito, uma vez que foi uma resolução aprovada por unanimidade.

Este documento torna claro que algo não está a correr bem nas recomendações que esta Assembleia está a fazer ao Governo Regional.

Muito obrigado.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (*PCP*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, em relação a esta matéria, eu não vou repetir aquilo que disse em Fevereiro, aquando da apresentação da Proposta de Resolução que propunha a suspensão da portaria.

No entanto, quero realçar um aspecto que penso que é fundamental.

Nós não estamos aqui a tratar de pessoas que vivem exclusivamente das pescas. Estamos a falar de pessoas que muitas vezes são pequenos agricultores, têm trabalhos artesanais ligados a outras actividades, alguns são funcionários públicos e, entretanto, pescam quando o tempo o permite, quando o porto que tem o seu barco lhes permita a saída e pescam quando muitas vezes há a solicitação de pescado por parte de quem lhe compra, que, normalmente, é a comunidade em que eles se inserem.

Por um lado, estamos aqui com pessoas, cuja actividade não é exclusivamente a pesca e, por outro lado, estamos a lidar também com pessoas cuja actividade é importantíssima para a manutenção da venda do pescado em pequenas localidades. Isto são aspectos sociais fundamentais e que não podemos descorar.

Todos nós estamos contra a fuga à lota, mas ficou claro, na audição que fizemos, que em muitas das nossas localidades, a ida à lota é voluntária, não há funcionário, não há instalação e a pessoa muita vez diz que traz peixe para a lota via telefone ao chegar com o seu barco. Esta é a realidade.

Nós consideramos que tem que haver o combate à fuga à lota, é certo que consideramos que temos que procurar melhorar a capacidade destes pequenos barcos, mas também é certo que não podemos descorar a função social, quer para o pescador, quer para a comunidade em que o peixe é vendido e que tem esta actividade fundamental em muitas das nossas pequenas localidades.

Por isso, empenhados nesta matéria, continuamos empenhados em que se procure, por todos os meios, manter os nossos pequenos pescadores artesanais.

É certo que todos nós sabemos, e não vale a pena iludir, que isto causa alguma impressão a determinadas orientações da comunidade europeia. Todos nós sabemos isso e temos conhecimento do mesmo.

É certo que estas características próprias, são muito próprias da Região Autónoma dos Açores. É por isso que nós temos autonomia, estamos aqui e temos que encarar os problemas específicos desta Região e este é um problema específico da nossa Região.

Nós temos que pensar que não podemos, arbitrariamente e por decreto, procurar modificar aspectos que são tradicionais, que se vão manter e têm que se manter.

O que pensamos que é um erro, é procurar querer transformar estes pescadores efectivamente profissionais em pessoas que, por desporto, também vão ao mar.

Não é o caso. Eles não são desportistas, não o querem ser. O que eles são, efectivamente, é pescadores.

Nós pensamos que, neste momento, trazemos uma Proposta de Resolução que está de acordo com as necessidades da Região e com as suas especificidades.

Todos nós sabemos que tem sido muito difícil, para muitas destas pessoas, fazer o registo dos seus barcos nas conservatórias.

Nós não estamos a impedir que todos os pescadores que têm barco que façam o registo na conservatória, bem pelo contrário, nós estamos apenas a permitir que os pescadores que não o consigam ou que demorem a consegui-lo, por esse facto, por não conseguirem esse registo, lhes seja negada a licença de pesca.

Pensamos que é uma medida acertada, importante e útil.

Por outro lado, todos nós sabemos que em muitas das nossas ilhas, não há possibilidade de fazer seguro de aprestos e não vamos exigir aquilo que, em muitos lugares, tem sido difícil, para não dizer impossível, em relação a muitos dos nossos pequenos pescadores.

Foram os próprios pescadores que sugeriram, como já disse o Sr. Presidente da Comissão, que para muitos pequenos portos, para muitas pessoas nestas condições, os 200 ou 300 contos era o máximo que se poderia exigir.

A Comissão optou pelos 250 contos, uma medida justa e que nós, da nossa parte, pensamos que é justo e importante que seja este o "plafond" fixado.

Nós pensamos que é fundamental que ninguém seja prejudicado por todo este imbróglie que com esta portaria foi criado aos pescadores, e isso vem na recomendação que aqui vai ser votada.

Queremos apenas lamentar o facto que é ali apresentado pelo Sr. Deputado do PSD, em que esta Assembleia, por unanimidade, recomendou ao Governo Regional que suspendesse a portaria, e que se continue a exigir o que a própria Assembleia, unanimemente, pediu para que fosse suspenso.

Nós pensamos que daqui tem que sair uma resolução no sentido de que o Sr. Secretário e o Sr. Director Regional das Pescas procurem que em 1999 e no ano 2000, as pessoas tenham a possibilidade de ir ao mar com a sua licença de pescas.

É tão só isto que se está aqui a propor e que esperamos que seja aprovado, porque isto é fundamental para uma pequena economia doméstica de muitos pescadores desta Região e fundamental para muitas comunidades que têm direito a poder adquirir peixe.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa.

Deputado Nuno Almeida e Sousa (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, eu queria salvaguardar mais uma vez que o Partido Popular subscreveu a Proposta de Resolução oriunda da Comissão e julgo que quando iniciei a minha intervenção dei conhecimento à Câmara de qual a intenção de voto desta bancada.

No entanto, o sentido pedagógico da minha intervenção, despertou um sentido demagógico nalgumas bancadas nesta Casa.

Ninguém falou aqui em querer tirar a possibilidade de algum rendimento a algumas pessoas que, em "part time", se dedicam ao exercício da pesca. Longe de mim tal ideia.

Eu não quero que eles vão para o rendimento mínimo garantido. Isso é contra todos os meus princípios. Eu quero é que eles trabalhem, pesquem muito e vendam muito.

Porém, como responsável, também quero que eles façam passar os seus rendimentos pelo estado de venda onde passam todos os outros, para sabermos com que é que podemos contar e para que todos tenham o mesmo nível de tratamento.

Gostaria de lembrar que esta foi uma conquista da Associação de Pescadores do Pico que alertou a sociedade civil para essa matéria e que foi aqui trazida com grande calor e estamos a ver que agora ainda está mais acalorada.

Há uma outra situação que nós não podemos esquecer — ainda tentando fazer alguma pedagogia — ou seja, quem trabalha, quem se dedica ao exercício da pesca, mesmo em "part time", como complemento do seu rendimento familiar, seja para comer ou

para vender e pegar no dinheiro e ir comprar papas de arroz, é um profissional da pesca.

Não tem licença de pesca quem não for um profissional da pesca com cédula marítima passada pela respectiva capitania do porto. Pode ter 300 outras profissões, mas é sempre um profissional da pesca.

Uma consideração final:

O Sr. Secretário Regional não me constituiu advogado de defesa, mas há aqui uma questão em relação à apresentação do registo comercial, mesmo depois da Proposta de Resolução aprovada por unanimidade pela Assembleia, que é preciso esclarecer, ou seja, é competência do Governo Regional dos Açores salvaguardar o património da Região.

Presidente: O Sr. Deputado dispõe de mais um minuto.

O Orador: Havendo uma dívida do armador à Região, um dos mecanismos de salvaguarda do património que a Região tem, é exigir o registo comercial.

Eram estas considerações que gostaria de deixar à Câmara.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Eugénio Leal.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu queria apenas acrescentar neste debate mais algumas questões que já na altura do debate de aprovação da resolução, foram evidenciadas.

Eu julgo que esta portaria o que vem acrescentar de novo a esta situação, é sobretudo fazer com que pessoas que nasceram, cresceram, envelheceram e se reformaram no mar, ficassem de um momento para o outro, impedidos de ir ao mar.

É verdade que todos que exercem a actividade da pesca, seja por 1 dia, 10 dias ou 365 dias, são profissionais de pescas.

Quando aqui se refere que não são profissionais de pesca, porque têm outras actividades complementares, é no sentido de dizer que não são exclusivamente profissionais de pesca. Isto é que é importante.

Por todas as ilhas, umas mais outras menos, nós açorianos, nós que vivemos em ilhas e que tanto invocamos o mar, o termos sido pescadores, baleeiros, de um momento para o outro, com uma mera resolução administrativa, impossibilitamos uma

quantidade de gente de continuar a ir ao mar, de fazer aquilo que gosta, de ter algum rendimento a mais, mas sobretudo de fazer aquilo que gosta, de se sentir bem e ter o tal caniço que tantas vezes se fala.

Eu julgo que esta portaria veio impossibilitar muita dessa gente continuar a ir ao mar. Eu julgo que foi nesse sentido que os partidos que se interessaram sobre esta matéria — julgo que foram todos porque pelo menos aprovaram a resolução e julgo que vão aprovar todos por unanimidade — deram um contributo no sentido da alteração destas situações.

Relativamente a uma questão que o Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa traz e que julgo importante referir, ou seja, a questão da salvaguarda do património da Região, quando concedidos empréstimos para a aquisição de embarcações, nós, na Comissão, — eu julgo que o PP não esteve na parte final da discussão, daí talvez algumas das questões que agora levanta — reparámos, vimos essas situações e estamos de acordo que, em situações futuras, o Governo exija o registo da embarcação quando conceder um empréstimo.

Nós estamos plenamente de acordo. Esse é um mecanismo, mas há outros. Por exemplo, julgo que ele pode muito bem utilizar o mecanismo, para aqueles que têm embarcações com empréstimos e que não estão registadas, da garantia bancária, que custa alguma coisa ao pescador.

Se ele tem um barco, se ele não o pode registar, porque o construtor já faleceu, ele tem que optar e compreender que o Governo tem que salvaguardar essa situação. Há garantias bancárias que não são assim muito elevadas.

Neste caso, a Região poderá sempre salvaguardar essa situação.

Isto é igual, Sr. Deputado, como o registo das casas na conservatória que não é obrigatório. Só regista a casa quem quer. É evidente que é de bom tom que todas as pessoas registem as suas casas.

Também sabemos que quando vão contrair um empréstimo para construir ou para reparar a casa, uma das questões que os bancos exigem é a hipoteca.

Se para uma casa não é obrigatório ter o registo da conservatória, também julgamos que para uma embarcação, não vai ser obrigatório fazer o registo.

Que o Governo, àqueles que concede empréstimo, exija estar registado na conservatória, nós estamos plenamente de acordo que o faça.

Nós julgamos que o património da Região deve ser salvaguardado.

No que diz respeito à questão pedagógica das lotas, nós estamos todos de acordo e justamente por isso a Comissão, ao analisar, não foi para uma situação radical, dizendo que continua tudo na mesma. Foi para os 250 contos, como o Sr. Presidente da Comissão disse e muito bem, que com certeza poderá, no evoluir da situação, ser actualizado pela Secretaria.

Pensamos que este conjunto de propostas que aqui apresentamos, são correctas e vêm resolver o problema sem, contudo, pôr em causa, quer o património da Região, quer o conhecimento dos nossos recursos, porque sobre essa matéria, Sr. Secretário, estes pescadores que tinham volumes de pescado inferiores a 500 contos, mesmo que fujam à lota, a sua grande maioria, no conjunto do pescado total, julgo que não vai ser significativa.

Nós pensamos que não vai ser significativo e até porque como se disse, eles muitas das vezes poderiam utilizar o caso concreto dos pescadores desportivos que não entra. Aí é que foge completamente ao controlo.

Se estivéssemos perante uma situação em que tivéssemos a noção de que isto envolvia muitíssimas toneladas de peixe, pois com certeza que a situação era diferente.

Daquilo que nos apercebemos, daquilo que todos nós temos conhecimento, julgamos que nessa matéria não vão ser defraudados os elementos estatísticos relativamente à pesca nos Açores.

Presidente: Eu não posso conceder a palavra ao Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa, porque o seu tempo já se esgotou.

Concluído o debate, vamos passar à votação da Proposta de Resolução.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: A Proposta de Resolução, foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Baixa à Comissão de Economia para redacção final.

Vamos suspender os nossos trabalhos e recomeçaremos amanhã às 10.00 horas.

Boa noite.

Eram 20 horas e 05 minutos.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Francisco Cardoso Pereira Oliveira

José do Nascimento Ávila

Partido Social Democrata (PSD)

José Manuel Cabral Bolieiro Dias

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

António Manuel da Silva Melo

A Redactora Principal: Maria da Conceição Fraga Branco